



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

*afundado por
município de cl
22/12/06*

ACTA NÚMERO OITO

ACTA DA 1.ª REUNIÃO DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO.

----- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu na sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 12 de Dezembro de 2005 e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- 2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo 40.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- 3. Período da Ordem do Dia: -----

----- 3. 1. Apreciação e Votação das Actas n.ºs 5, 6 e 7/2005; -----

----- 3. 2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade Municipal. [(Alinea e) do n.º 1 do Art.º 5.º do Regimento]; -----

----- 3. 3. Celebração de um Protocolo de Acordo com a EDP Distribuição – Energia, S.A., renovação do contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no Município da Maia com a EDP; -----

----- 3. 4. Aprovação das Grandes Opções do Plano - Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2006; -----

----- 3. 5. Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2006 a 2009 e Orçamento Ordinário para o ano de 2006 dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia;-

----- 3. 6. Isenção à Espaço Municipal do pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), incluídas na área de intervenção do Plano de Pormenor do novo Centro Direccional da Maia; -----

----- 3. 7. Rectificação ao Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas; -----

----- 3. 8. Programa Especial de Realojamento (PER). Alteração ao Protocolo de Acordo celebrado com a Empresa Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, Lda.; -----

----- 3. 9. Eleição do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal à qual caberá decidir dos pedidos de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho; -----

----- 3. 10. Documentação da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente, E.M., da Empresa Municipal "Transportes Urbanos da Maia", da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.M. e da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. (*para conhecimento*). -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA iniciou os trabalhos com uma saudação e por ser a época de Natal, desejou a todos Boas Festas e um Bom Novo Ano e agradeceu todas as mensagens de Boas Festas recebidas. Informou que alguns Senhores Deputados ainda não tinham feito o levantamento dos cheques referentes a senhas de presença nas Sessões da Assembleia Municipal e que o Departamento de Contabilidade tinha pedido para que os mesmos fossem reclamados até ao próximo dia 29 de Dezembro. Informou que o Período de Intervenção do Público seria no fim do Período de Antes da Ordem do Dia e se houvesse Cidadãos interessados em intervir, deveriam fazer a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Informou que a Senhora Deputada do Partido Socialista, Maria Emilia Gomes Neves Souto, tinha pedido a suspensão do mandato por um período de seis meses. Foi

substituída pelo Senhor Arídio dos Anjos Teixeira, que depois de identificado, tomou o seu lugar na sua Bancada. Informou ainda que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Gaspar Martins Pereira, por se encontrar ausente da Maia tinha pedido a sua substituição para a presente Sessão. Foi substituído pelo Senhor Silvestre Santos Gomes Pereira que, depois de identificado, tomou o lugar na sua Bancada. Os documentos comprovativos dos pedidos atrás referidos fazem parte da acta como **documentos 1 e 2** respectivamente. Deu a conhecer que tinha recebido da Assembleia Metropolitana do Porto um ofício que informava que as eleições para este Órgão Autárquico iriam realizar-se a 20 de Fevereiro de 2006. Era acompanhado do Calendário das Eleições e do respectivo Regulamento Eleitoral. Verificadas as presenças constataram-se as ausências do Senhor Deputado António José Neves Nogueira da Costa e ao abrigo da alínea c) do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Santa Maria de Avioso, Senhor Hamilton de Sousa Prata e o da Maia, Senhor Carlos dos Santos Teixeira, que fizeram-se representar respectivamente pelos seus Secretários Senhores José dos Santos Moreira e Mário Augusto da Costa Ramos. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 3 e 4**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA disse que com o objectivo de poder conduzir a Sessão com a devida importância, mas sem a alongar em demasia e tendo em conta que o Regimento limitava o Período de Antes da Ordem do Dia a um tempo máximo de sessenta minutos, informou que no início da presente reunião tinha sido entregue a cada um dos Líderes dos Partidos, Coligações e Independente um ofício no qual eram informados que este tempo seria distribuído equitativamente em função da proporcionalidade dos partidos ou coligações representados na Assembleia Municipal. De seguida, abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

FRANCISCO AMORIM SANTOS BAPTISTA leu o texto que faz parte integrante desta

acta como **documento 5**. -----

ANA MARIA ROCHA ESTEVES RODRIGUES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES fez uma intervenção sobre os problemas causados aos moradores de Vila Nova da Telha provocados pelas obras em curso em diversos arruamentos desta Freguesia, sobre o qual leu o texto que faz parte integrante da acta que entregou à Mesa com mais quatro documentos: o primeiro, da Junta de Vila Nova da Telha sobre o mau estado das ruas; o segundo, um abaixo-assinado de moradores da Rua Um da Urbanização do Lidador; o terceiro, uma exposição alerta e requerimento urgente assinado por vários moradores da mesma rua e o quarto, uma carta de um munícipe sobre um aluimento da via pública. Todos estes documentos fazem parte integrante da acta como **documento 7**. -----

JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES disse que iria abordar três assuntos. O primeiro era sobre os incómodos causados pela paralisação das obras em diversas ruas na Freguesia de Vila Nova da Telha, que já havia sido referido por dois oradores, sobre o qual solicitou informação das medidas tomadas ou a tomar para resolver o assunto, uma vez que o abaixo-assinado, referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, também tinha sido enviado aos Senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal e aos representantes dos Grupos Parlamentares. Solicitou a resolução rápida deste assunto. O segundo era sobre o Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxis, homologado a 27 de Abril último, sobre o qual disse que a CDU havia recebido algumas críticas, queixas e lamentações de industriais de táxi, relativa a entraves por parte da Câmara Municipal para a emissão de alvarás, o que, nalguns casos, tem obrigado alguns industriais a exercerem a sua actividade à margem da Lei. O terceiro era para pedir esclarecimentos sobre um caso de atribuição de uma habitação social a um jovem casal que era proprietário de uma residência. Disse que este casal depois de lhes ter sido atribuída a casa no

Bairro do Sobreiro, tinha abandonado a sua própria habitação e posteriormente alugado. Referiu que era um assunto sério e grave uma vez que deveria haver regulamentos e critérios para evitar tais situações, pois certamente teria acontecido uma falha no sistema, da qual adviria a não atribuição de uma habitação num Concelho com grande carência habitacional em que uma família tinha sido preterida. -----

ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal para representar as Juntas de Freguesia da Maia no XV Congresso Nacional dos Municípios Portugueses, deu a conhecer as conclusões do mesmo, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que a Assembleia Municipal lhe remetera diversa documentação contendo abaixo-assinados de moradores que legitimamente protestavam contra o abandono, por parte do empreiteiro, da continuação das obras da responsabilidade dos SMEAS na Urbanização do Lidador. Lamentou os incómodos provocados aos moradores pela paralisação e a sua legítima indignação. Pediu ao Executivo empenho para a sua retoma e rápida conclusão dos trabalhos. Saudou a Tecmaia pelo seu quarto aniversário que considerou um embaixador de Portugal no âmbito de investimento na área das novas tecnologias, um ninho de empresas de topo e um criador de postos de trabalho e de novas empresas de tecnologias de ponta, cuja capacidade de resposta tornara necessária a sua ampliação. Louvou a Câmara pela sua capacidade de ter conseguido aproveitar a cadência de uma empresa e do seu espaço ter realizado uma obra que era o orgulho dos Maiatos. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que o envio da documentação, relativa aos pontos agendados para as sessões da Assembleia, obedecia a prazos determinados na Lei e que a Mesa da Assembleia sempre procurava remetê-la o mais cedo possível, pelo que a pretensão apresentada pelo Senhor Deputado Francisco Amorim Santos Baptista, do Bloco de Esquerda, não poderia ter uma resposta positiva pelas razões evocadas. Sobre o seu pedido em relação às

Empresas Municipais, informou que a Câmara Municipal, para fazer cumprir a Lei, iria enviar à Assembleia Municipal a constituição dos seus corpos sociais e respectivas remunerações. Sobre os documentos solicitados disse ser possível desde que formulasse o pedido por escrito ao Presidente da Assembleia. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu aos pedidos de informação e esclarecimentos formulados pelos Senhores Deputados. Em relação às obras em diversos arruamentos na freguesia de Vila Nova da Telha, informou que as obras estavam efectivamente paradas devido ao pedido de escusa do empreiteiro, que para serem retomadas obedeciam a determinados critérios que por mais celeridade desejada, demoravam sempre algum tempo. Não obstante, prometeu que iria pedir a antecipação da conclusão das obras. Sobre o vandalismo e entrada de canídeos no Parque de Quires, disse que se tratava apenas de um problema de falta de educação e de civismo contra o qual pediu a ajuda dos cidadãos que o utilizam. Sobre os Cabazes da Natal, disse que iria tomar as necessárias diligências no sentido de aceder às pretensões formulados pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Sobre as três questões formuladas pelo Senhor Deputado da CDU, Júlio Manuel Martins Gomes, disse que já havia respondido à primeira e sobre a segunda disse que o Regulamento de Táxis já estava em vigor e era para ser cumprido, razão para não poderem ser atribuídos alvarás anti-regulamentares e em relação à atribuição de uma habitação social pediu que lhe fizesse chegar pormenores sobre o assunto. Sobre a renegociação do Protocolo dos duodécimos disse que a Câmara estava disponível para reavaliar a actualização dos mesmos. Agradeceu as palavras simpáticas do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva sobre a Tecmaia, que considerou um bom laboratório para novos e importantes desafios. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES pediu a palavra para esclarecer que a recolha de elementos conducentes à selecção das famílias às quais foi atribuído o Cabaz de Natal envolvia elementos que considerou melindrosos e que por esta razão, a Câmara

Municipal, que considerou uma entidade idónea, não deveria fornecer quaisquer elementos. Se, eventualmente, alguma irregularidade tivesse acontecido numa atribuição indevida deveria ser investigada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o Voto de Louvor ao Clube de Karaté da Maia e ao seu atleta Senhor Nuno Moreira, que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia através da Bancada Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e que faz parte integrante da acta como **documento 9**. -----

----- Posto o documento à admissão, foi admitido por unanimidade. -----

----- Posto o documento à discussão, nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o documento à votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida ao: -----

----- **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**. -----

----- Nenhum Senhor Muncipe se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Passou-se de seguida ao: -----

----- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

----- **3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 5, 6 E 7/2005**. -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA pediu e foi aceite por todos, para que as três actas fossem votadas em separado, porque a acta número 5/2005 referia-se a uma Sessão do mandato anterior. -----

----- Postas à votação tiveram o seguinte resultado: -----

----- **ACTA NÚMERO 5/2005**, aprovada por maioria com 14 abstenções. -----

----- **ACTA NÚMERO 6/2005**, aprovada por maioria com 3 abstenções. -----

----- **ACTA NÚMERO 7/2005**, aprovada por maioria com 3 abstenções. -----

----- 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]; -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a todos os Senhores Deputados tinha sido enviada a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante desta acta como documento 10. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- 3. 3. CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE ACORDO COM A EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A., RENOVACÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DA MAIA COM A EDP; -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA disse que uma análise ao documento em análise, merecia, por parte da sua Bancada, alguns comentários. O primeiro para lembrar que o saudoso Doutor Professor José Vieira de Carvalho havia referido na Assembleia Municipal, por diversas vezes, que a Câmara Municipal da Maia era credora e não devedora por parte da EDP, apesar de o Partido Socialista ter afirmado, de uma forma reiterada, uma posição contrária. O documento em análise vinha dar razão ao Partido Socialista, pois a dívida sempre existira nas contas da Câmara Municipal e com uma divergência nos seus montantes, pois para a EDP o valor da dívida era de 30 milhões de Euros e para a Câmara de 25 milhões de Euros. O segundo comentário era uma crítica ao contrato. Afirmou que se alguém, numa leitura apressada, pudesse eventualmente considerar de faraónico o negócio por parte da Câmara Municipal, estaria enganado, uma vez que ao valor de 30 milhões de Euros, referidos pela EDP, fossem somados 60 milhões de juros até ao ano de 1994 e os juros desta data até à actualidade, o valor da dívida deveria rondar os 200 milhões de Euros. A EDP ao cobrar à

Câmara Municipal o valor 20 milhões de Euros de uma dívida de 200, poderia considerar-se que esta entidade estaria a fazer um negócio faraónico. Porém, a aproximação da liberalização do mercado energético eléctrico, com o contrato em discussão a Câmara Municipal iria ficar vinculada e dependente da EDP no fornecimento de energia eléctrica durante um período não inferior a 40 anos. A finalizar, disse que o PS iria votar a favor o ponto em análise, apesar de não considerar faraónico o protocolo, considerou-o favorável e positivo na salvaguarda dos interesses municipais. -----

JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES leu o texto que faz parte integrante desta acta como **documento 11.** -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que a sua Bancada iria votar a favor o ponto em discussão pois, uma vez mais, o Executivo Municipal, de uma forma estratégica e com a habitual coragem política, tinha conseguido defender os interesses da Maia e dos Maiatos ao negociar e transformar uma dívida de trinta milhões de Euros, reclamada pela EDP num acordo de 20 milhões, sem juros e amortizada por um período de 20 anos acrescido na obrigatoriedade de investimento da EDP na rede de alta e média tensão. Louvou a Câmara pelo acordo realizado que considerou não ser faraónico, pois para o ser, uma das partes deveria ter ficado em desvantagem em relação à outra e este protocolo era bom para ambas as partes. A ser faraónico só o poderia ser para o PS, uma vez que com este acordo terminaria o fantasma da falência dos SMEAS, que durante muitos anos o Partido Socialista afirmara, era o que sucederia se e quando a EDP cobrasse a dívida. Sobre a alusão feita pelo Líder do PS ao Professor Doutor José Vieira de Carvalho, que lamentou ainda não terem terminado, de ter afirmado que a Câmara não era devedora mas credora, lembrou que a dívida sempre tinha feito parte das diversas contas de gerência dos SMEAS e por esta razão, jamais alguém poderia ter escondido a dívida. Acusou o Partido Socialista de, com este acordo, ter acabado um fantasma, terem criado um outro ao referirem uma concessão para 40 anos, sobre o que

perguntou ao PS para explicar em que ponto do protocolo estava referido tal período. Esclareceu que os documentos referiam que havia uma concessão de 20 anos, findos os quais, o valor da dívida a pagar é no valor de 12 165 754,00 €, a Câmara Municipal, desse tempo, poderia ou não concessionar este valor com a EDP; se não o fizesse, teria de negociar o pagamento deste valor. Sobre a liberalização do mercado energético, lembrou que tinha sido a Associação Nacional dos Municípios Portugueses quem estava a negociar com EDP a concessão da maioria dos Municípios Portugueses e que o presente contrato entraria em vigor no ano de 2007, data em que seria muito difícil a qualquer Município Português conseguir uma negociação melhor do que a que estava a discutir. Lamentou que a oposição não tivesse elogiado a Câmara por ter conseguido este protocolo e transformar um credor num parceiro, que iria investir na área, muito importante para o Executivo - o ambiente. A finalizar, elogiou não só a Câmara como os SMEAS pelo resultado obtido. -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA pediu a palavra para esclarecer que não queria fazer discussão política da resolução de um problema autárquico. Reconheceu que o Líder da Bancada da Coligação sabia preparar de forma muito competente as suas intervenções, lamentando que esta preparação tivesse falhado no ponto em análise, pois, sobre os 40 anos referidos constam do texto e que passou a citar: “A última prestação no montante de 12 165 754,61 €, a vencer no ano de 2026, será paga em prestações ao longo de num novo período de 20 anos, de uma segunda renovação do Contrato de Concessão à EDP em condições a acordar oportunamente”. Perguntou em que ponto do contrato estava referido que esta dívida não tinha juros. Numa leitura política do documento, referiu antever para quando a Maioria previa perder o poder no Concelho da Maia, pois os SMEAS iriam pagar 1 000,00 € por mês, ao longo do actual mandato autárquico, que no mandato seguinte passaria para 28 431,00 € por trimestre, e que no terceiro já era possível inflacionar para o valor trimestral de 129 440,00€. Considerou este último valor significativo em termos políticos. Sobre o que



poderia vir a acontecer daqui a vinte anos, disse não ser futurista, pois há dez anos ninguém poderia imaginar que a Internet iria ter a actual dimensão global. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que tinha ficado agradado com a sensatez da intervenção do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, que considerou emanada de alguém que começava a ter o sentido de realidade ao reconhecer que o PS não seria poder na Maia nos próximos vinte anos. Assegurou, igualmente, que também não poderia saber se neste período, a Coligação iria manter a mesma dinâmica que tem sido uma característica sua nas últimas décadas. A este propósito, reiterou a afirmação por ele proferida numa anterior sessão: "nós deixaremos de ser poder na Maia quando formos muito diferentes e Vossas Excelências forem outros". Agradeceu ao Senhor Deputado o elogio sobre a sua preparação para os debates, porém, para responder à questão dos juros e provar que também se preparara para debater o ponto, pois da sua parte, tinha lido cuidadosamente todo o documento nomeadamente a cláusula 5.ª do Protocolo que passou de seguida a citar: "A última prestação, constante do plano de pagamento descrito no Anexo II, será liquidada no fim da concessão, porém, verificando-se a renovação do Contrato de Concessão celebrado com a EDP por mais 20 anos, o pagamento do remanescente será efectuado em prestações trimestrais, ao longo do referido período, em condições a acordar oportunamente. Em todo o caso, nunca haverá lugar ao cálculo de juros sobre o referido remanescente". Considerou não ser necessário um grande estudo do documento, mas apenas uma leitura atenta para saber quem estava preparado. Disse que estas pequenas questões não serviam de referência para definir os vencedores dos debates parlamentares, mas estas mesmas questões serviam, sim, para vencer eleições e para as vencer era também necessário, acima de tudo, ter amor a esta Terra e ter uma grande capacidade empreendedora. Finalizou, dizendo que tinha ficado contente com o facto do Senhor Deputado ter reconhecido que o documento em análise era um bom negócio para o Município. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA historiou o acordo celebrado, que considerou bom, não faraónico, graças à perspicácia do Executivo e ao sentido de entreatajuda por parte do Grupo EDP. Esclareceu que o Professor Doutor José Vieira de Carvalho tinha razão sobre o dever e haver da dívida, pois nunca tinha sido realizado o inventário do património que a Autarquia tinha cedido à EDP. Esclareceu, ainda, que com este acordo a Câmara Municipal não ficava dependente da EDP no fornecimento de energia eléctrica, uma vez que a liberalização do mercado energético se referia à média e à alta tensão e a concessão em análise era a rede de distribuição em baixa tensão. Disse que o contrato só entraria em vigor em 2007, se não tivesse havido uma antecipação na sua assinatura. Caso a Assembleia o homologasse na presente Sessão, o mesmo poderia ser assinado por ambas as partes e de imediato entrar em vigor. Disse que, de entre os Municípios que negociaram com a EDP, a Maia tinha conseguido as melhores condições contratuais, pois a Câmara iria pagar cerca de 7,83 milhões de Euros à EDP até ao ano 2026 e a EDP iria investir no Concelho da Maia, no mesmo período, 16,38 milhões de Euros, dos quais 3,5 milhões de Euros nos próximos 4 anos. Por tudo isto, considerou que o protocolo que a Câmara enviara à Assembleia para homologação era um bom acordo para o Município e para os Maíatos. -----

----- Posto o ponto 3.3 à votação **foi aprovado por maioria** com quatro abstenções, dos dois representantes do BE e dos dois da CDU. -----

----- **3. 4. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPCÕES DO PLANO - ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2006:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 12. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES leu o texto que faz parte integrante da acta como

documento 13. -----

JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES leu o texto que faz parte integrante da acta como

documento 14. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 15.** -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 16.** -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 17.** -----

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS disse que quando se deslocava para a Assembleia Municipal vinha imbuído num espírito positivo, pois estava convencido que a discussão do Plano e Orçamento iria ser séria, elevada e positiva. Pelo que lhe tinha sido dado ouvir, por parte de alguns Senhores Deputados, acontecera o contrário, pelo que saíra desiludido bem como 52% dos Maiatos, com alguns termos utilizados nomeadamente: “realidade virtual”, “orçamento de fantasia”, “navegação à vista”. Perguntou se as obras realizadas, em diversas áreas, nomeadamente na de acção social, eram ou não uma realidade virtual. Sobre as críticas no apoio aos desfavorecidos, disse que a Coligação não recebia lições de ninguém, pois a Câmara da Maia tinha sido pioneira no país ao implementar nas escolas do ensino básico cantinas, refeitórios e a gratuitidade no fornecimento de refeições aos alunos. Lamentou que o discurso da actual oposição continuasse a ser o mesmo das anteriores – crítica negativa, porém, a resposta da Maioria era só uma – obra feita, que fizeram do concelho da Maia o melhor da Grande Área Metropolitana do Porto na qualidade de vida dos seus habitantes. Lamentou o que tinha ouvido, pois, apesar de tudo, na política nem tudo era possível., mesmo fazendo oposição, que acusou de proferir “inverdades”. A finalizar, disse que as pessoas e os eleitores mereciam respeito.-----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA acusou a Bancada da Maioria de ser useira e vezeira na apreciação de determinados assuntos, pois competia aos Municipais presentes fazerem a sua apreciação dos debates e não acontecer como o que acabara de ouvir por parte do Senhor Deputado, que acusou de falta de ética e seriedade, pois não podia admitir que alguém pudesse colocar em causa a sua seriedade. Disse que se o Senhor Deputado não recebia lições de democracia, ele próprio e sua Bancada também. Pediu-lhe para saber ouvir e ouvir-se. Sobre o ponto em análise e acerca da frase proferida pela Maioria: “assistimos sempre a isto ao longo dos últimos mandatos”, perguntou se era surrealismo a venda do património, que representava 40% da receita estimada, e se havia interessados na sua aquisição. Referiu que a oposição acusara o Executivo de colocar no Plano e Orçamento obras já realizadas, mas não pagas. Sobre as Receitas Directas leu a seguinte parte do Preâmbulo: “Acresce que também da parte do Estado as perspectivas não são nada animadoras no que respeita a transferências da Administração Central, estando em curso, pelo menos aparentemente, um novo não cumprimento da Lei das Finanças Locais”. Considerou esta medida grave, mas também eram graves o não cumprimento, por parte da Câmara Municipal, de alguns contratos-promessa com as Juntas de Freguesia. Sobre os jovens, leu também alguns extractos referidos no Preâmbulo: “Com naturalidade daremos sequência a tudo o que se encontra em curso e em marcha de realização, mas tudo isto pensando e tendo em mente as Pessoas. Em especial os nossos mais avançados na vida, até aos mais jovens e aos mais pequeninos a quem queremos continuar a propiciar as melhores condições para o seu desenvolvimento. Este Orçamento mostra a sua aposta do Executivo na Educação e na Formação”. Referiu as palavras do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva: “A Maia apoia de forma impar o ensino básico”. Sobre estas afirmações pediu a todos os presentes para verificarem no Plano e Orçamento o que estava subscrito e as verbas destinadas ao apoio à terceira idade, à infância, ao ensino especial-insuficientes e que depois fossem comparadas com a verba destinada ao Centro de

Desportos Equestres. Se para a Coligação, – que disse não saber se ainda o era nalguns dos Órgãos Autárquicos, – tinha por lema “Primeiro as Pessoas”, a sua Bancada também subscrevia a frase referida por um Senhor Deputado da Maioria: “Dizemos não à Demagogia”, e era mais uma razão para a sua Bancada votar contra o documento em análise. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que antes de abordar o ponto em análise disse que iria dar um esclarecimento, que considerou de básico, ao Senhor Deputado Vitor Miguel da Silva. Afirmou o seguinte: “A Coligação “Primeiro as Pessoas”, assim como a do anterior mandato, que governou o Município da Maia, tem os seus Órgãos devidamente sedimentados. Dúvidas? Não há dúvidas. Dúvidas existiram no Partido Socialista. No anterior mandato havia um Deputado, eleito pelo Partido Socialista, que não era do Partido Socialista. Não sei de quem era. Num outro mandato, o Partido Socialista tinha Vereadores que votavam tudo e mais alguma coisa ao lado da Maioria e que hoje são militantes do PSD”. Considerou que antes dele tinham sido afirmações exageradas ao documento em análise. Saudou o Senhor Deputado pela sua coerência nas razões evocadas. Apesar de não poder concordar com elas, compreendia a sua postura. Ao Senhor Deputado Silvestre Pereira disse que tinha começado mal as suas intervenções na Assembleia. Formulou votos para as corrigir no futuro. Lamentou que um partido da Oposição tenha considerado de “fábula” o Plano e Orçamento. Perguntou, a este propósito, se o Orçamento tinha aumentado em 100%. Considerou de perversa a intervenção do Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes. Acerca da “cultura democrática” disse que gostaria de saber se não existia uma só boa medida no documento. Desafiou o PS a dizer quem da Maioria estava a coagir a oposição, pois, para se fazerem afirmações gratuitas melhor seria ter estar calado. Sobre a acusação de despesismo no recurso a crédito bancário, esclareceu que este se destinava ao investimento na habitação social. Disse que no anterior mandato, tinha sido apelidado de professor por dar aulas na Assembleia, uma dias sobre abate de gado, mas se fosse necessário daria outra aula

sobre Plano e Orçamento. Referiu alguns termos utilizados por anteriores oradores, nomeadamente de Júlio Manuel Martins Gomes: “Abram o jogo”; de Silvestre Pereira: “Falta de Cultura Democrática”; de Luís Maria Fernandes Areal Rothes: “efabulação”. A estas palavras respondeu que deveria haver um limite e que deveria haver respeito pela Assembleia Municipal, pois jamais deveria ser designado de “Livro de Apontamentos”, um documento sério que obedecia aos normativos do POCAL. Desafiou o Partido Socialista a dizer quais as obras que deveriam ser riscadas do documento, e se as Associações e Juntas de Freguesia deveriam receber mais, menos ou as mesmas verbas. Disse que a oposição responderia os mesmos e mais apoios, apesar da mesma oposição também pedir a redução da despesa. Sobre as despesas de pessoal esclareceu que em rigor tinham diminuído, pois o que tinha aumentado eram os encargos sociais e que a Câmara estava a otimizar a gestão dos seus recursos humanos. Sobre o investimento na acção social perguntou se sabiam qual era a primeira Misericórdia do País logo a seguir à de Lisboa e do Porto. Respondeu que a terceira maior Misericórdia do País era a da Maia, graças ao apoio que a Câmara Municipal da Maia lhe dava na área de acção social, no apoio à primeira infância, infância e terceira idade. Disse que como Maiato sentia um enorme brio, por saber que uma Instituição do Concelho tinha esta importância, ao contrário de alguns que pareciam ter ficado constrangidos. Se o BE acusava a Maioria de querer fazer passar a mensagem de que a Maia era o melhor lugar do Mundo, respondeu que para ele era verdade e sentia orgulho disso, pois era a Terra que o tinha visto nascer. Sobre o rigor referido pela Oposição, desafiou-a a indicar cinco Municípios de dimensão igual ao da Maia, com uma melhor taxa de execução orçamental melhor que a da Maia. Disse que a actividade do Município não se esgotava no Plano e Orçamento, pois havia outras áreas de investimento. Afirmou que iria citar alguém que deveria, por formação, dominar a área da saúde: o Doutor Jorge Luís da Costa Catarino: “A Câmara Municipal deve apenas e só, tentar dinamizar junto da Administração Central para iniciativas no Concelho.

Não é a Câmara Municipal que tem de construir Centros de Saúde, a Câmara deve atrair esses investimentos". Pediu para os que falam de "efabulação" para verificarem se tinha sido por acção da Câmara Municipal que fizera com que fosse possível ter no Concelho um Centro de Saúde como o do Castelo da Maia, bem como ter em execução um magnífico Centro de Saúde em Gueifães e será este modelo que permitirá construir outros centros de saúde. Referiu ainda outros grandes investimentos no nosso Concelho: o alargamento do IC24; as diversas linhas do Metro e já atravessam e outras que estão em curso no nosso Concelho e a nova aerogare do Aeroporto Sá Carneiro. Louvou a Câmara por ter conseguido estes investimentos, pois se para a Oposição não eram obras da Câmara, mas, tal como dizia o Senhor Doutor Jorge Luís da Costa Catarino, a Câmara Municipal tinha dinamizado junto da Administração Central iniciativas para o Concelho e atraiu esses investimentos. Deu os parabéns à Câmara pelo documento apresentado e pela obra realizada, pois o caminho que trilhava era o do sucesso, do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida daqueles que para a Maioria estavam sempre em primeiro: as Pessoas. Os Maiatos. A Maia -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que devido à importância do documento que a Câmara enviara para homologação, não limitara o tempo de intervenção a ninguém e a nenhuma força política. Por ser uma hora e quarenta minutos disse que não havia condições para continuar os trabalhos além do ponto em discussão. Por esta razão, solicitou e foi por todos aceite, que a actual reunião iria ser encerrada após a votação do Plano e Orçamento. ---

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que o Plano e Orçamento era um documento sério e deveria ser respeitado e considerado. Este princípio deveria ser atribuído a qualquer livro mesmo que se tratasse de uma sebenta da Universidade, que tinha sido a base de formação de grandes personalidades. O Plano e Orçamento pela sua seriedade e pelos seus objectivos jamais poderia ser considerado uma "fábula". Disse que a Autarquia tinha um património valioso, nomeadamente, o aeródromo de Vilar de Luz, com 90 hectares, com

viabilidade económica, que poderia ser objecto de uma parceria estratégica; o Hipódromo de Silva Escura, para o qual igualmente poderia haver uma parceria conducente à criação de um Clube Equestre ou algo similar e que passaria a ser um local de grande interesse quando o Estado legalizar as apostas em cavalos de corrida; O Parque Millenium, com cerca de 70 hectares no qual entre outras valências, estava em estudo a construção de um Parque de Golfe. Todos os projectos a serem realizados caracterizar-se-iam pela inovação, grande classe e excelência na qualidade, pois esta era a matriz que ao longo dos tempos tem feito distinguir a Maia. Considerou algumas das intervenções bem elaboradas, lamentou que, pela sua parte, também não as pudesse fazer, porém, o tempo que dedicava a favor de outras prioridades, que considerou muito mais importantes para a Maia e para os seus cidadãos, não lho permitiam, nomeadamente, o trabalho desenvolvido para tornar a Maia um Concelho atractivo e criar um ainda melhor bem-estar para os seus Municipais. Em relação aos investimentos do Estado: alargamento do IC24 e os nós de acesso à Zona Industrial e ao Parque Millenium; os dois nós em construção em São Pedro Fins pela Refer, para permitirem a passagem rodoviária superior sobre a Linha do Minho. Esclareceu que todos estes investimentos tinham sido conseguidos com o empenho da autarquia junto do Poder Central. -----

----- Posto o ponto 3.4 à votação **foi aprovado por maioria** com 14 votos contra: 10 do Partido Socialista, 2 da CDU e 2 do Bloco de Esquerda; 4 abstenções: 1 do Senhor Deputado e Presidente de Junta de Vila Nova da Telha e 3 dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta do Partido Socialista, de Águas Santas, Gueifães e Milheirós, e 24 votos a favor da Coligação "Primeiro as Pessoas", PPD/PSD-CDS/PP. -----

----- Para fazerem uma declaração de voto inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

MÁRIO JOSÉ GOMES GOUVEIA, em nome dos Senhores Deputados e Presidentes das Juntas das Freguesias de Águas Santas, Gueifães e Milheirós, leu o texto que faz parte

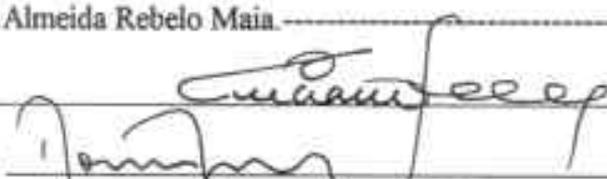
integrante da acta como **documento 18**. -----

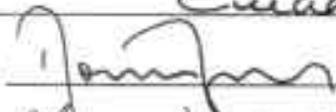
FLORIANO DE PINHO GONÇALVES disse que se absteria porque o Executivo não tinha respondido às questões por ele colocadas na a sua intervenção. -----

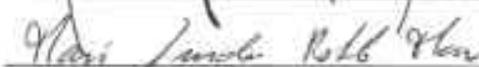
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL pediu, e foi por todos aceite, que devido ao adiantado da hora, - eram duas horas e cinco minutos do dia vinte e nove de Dezembro - a presente Sessão da Assembleia Municipal fosse encerrada devendo ser continuada numa Segunda Reunião, a realizar no dia quatro de Janeiro do próximo ano. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva.-----

----- E sendo duas horas e quinze minutos do dia vinte e nove de Dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes e Sousa, pelo 1.º Secretário, Domingos de Jesus e Sousa e pela 2.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia.-----

O Presidente:  -----

O 1.º Secretário:  -----

O 2.º Secretário:  -----

772
Doc. 1
Convocar o elemento
a seguir na lista de
P.S. 27/12/2005
[Handwritten signature]

Maria Emilia Gomes Neves Souto
Lugar do Marco, nº 117
E. N. 14
4475-043 Barca – Maia

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada n.º 216
Em 27/12/05

Assembleia Municipal da Maia
Exmº Senhor Presidente da Assembleia
Municipal da Maia,
Luciano da Silva Gomes
Edifício dos Paços do Concelho
4470-202 MAIA

Barca, 16 de Dezembro 2005

Assunto: Pedido de Suspensão de Mandato
Carta Registada com A/R

Exmº Senhor,

No seguimento do assunto em epígrafe e de acordo com o estipulado no *Regimento da Assembleia Municipal da Maia*, órgão a que V. Ex.º preside, venho por este meio solicitar a suspensão do meu mandato como deputada na Assembleia Municipal da Maia, por um período de 6 (seis) meses, uma vez que por motivos de ordem pessoal, me vejo impossibilitada, no momento, de dar continuidade ao exercício das funções que me foram atribuídas neste órgão Autárquico.

Certo da compreensão de V. Ex.º relativamente ao acima exposto, fico desde já à sua inteira disposição para qualquer informação adicional que julgue necessária.

Com os meus melhores cumprimentos,



Mª Emilia Souto
Bancada do Partido Socialista

GASPAR MARTINS PEREIRA
R. Faria Guimarães, 661 - 3º Dto
4200 - 291 PORTO
Tel: 22 5504990 Tim: 934079245
Email: gaspamp@sapo.pt

12

Invocar o elemento
eficiente na lista do B.1

17

~

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada n.º 214

Em 19/12/05

Ex.mo Senhor ~~Dr.~~ Luciano Gomes

Dig.mo Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Câmara Municipal da Maia

4470-202 MAIA

Porto, 16.12.2005

Ex.mo Senhor ~~Dr.~~ Luciano Gomes,

Dig.mo Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Tendo de realizar, na semana de 26 a 30 de Dezembro, trabalhos inadiáveis na cidade da Régua, relacionados com a preparação da instalação da Fundação Museu do Douro, que acaba de ser criada por Resolução do Conselho de Ministros de 15.12.2005, e estando marcada para essa semana a próxima reunião da Assembleia Municipal da Maia, venho solicitar a V.a Ex.a, no abrigo do artigo 10º do Regimento, se digne aceitar a minha substituição nas funções de deputado municipal durante esse período.

Aproveito para apresentar a V.a Ex.a os meus melhores cumprimentos, com os votos sinceros de um Santo Natal e um Feliz Ano Novo

*e com a elevada
estima e consideração pessoais*

Gaspar Martins Pereira
(Gaspar Martins Pereira)



Junta de Freguesia de Avioso - Santa Maria

Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Luciano da Silva Gomes
Paços do Concelho
4470-202 MAIA

N/ Ofício nº 288

22.Dezembro.2005

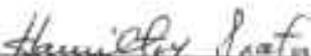
ASSUNTO : 5ª Sessão Ordinária

Exmo. Sr. Presidente

Vimos por este meio informar V. Ex.ª que, o Presidente desta Junta de Freguesia, Sr. Hamilton de Sousa Martins Prata, na impossibilidade de estar presente na Reunião da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, convocada para o próximo dia 28/12 pelas 21.30, far -se-á representar pelo Secretário desta Junta de Freguesia, Sr. José dos Santos Moreira.

Sem outro assunto de momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Ex.a os melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

O Presidente da Junta de Freguesia


(Hamilton de Sousa Martins Prata)



**JUNTA DE FREGUESIA
DA
MAIA**

DUC 4

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça Dr. Vieira de Carvalho
4470-000 MAIA

Maia, 28 de Dezembro de 2005

Exmo. Senhor

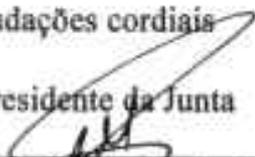
Com os meus melhores cumprimentos, sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que por motivo de doença, não poderei participar na Sessão da Assembleia Municipal que se realiza hoje.

Assim, informo que me farei representar pelo Sr. Mário Augusto Costa Ramos, Secretário do executivo e meu Substituto Legal.

Sem outro assunto, subscrevo-me, aproveitando a oportunidade para manifestar os meus votos de um Bom Ano de 2006.

Saudações cordiais

O Presidente da Junta


(Carlos Santos Teixeira)

Senhor presidente e membros da mesa
Senhor presidente da Câmara
Senhores Vereadores
Senhores Deputados
Senhores Jornalistas
Estimado Publico

Doc. 5

Minhas senhoras e Meus senhores.

Nós, Deputados do B.E., temos orgulho por fazer parte integrante, deste importantíssimo Órgão Autárquico, a nossa Assembleia Municipal. Tudo faremos para a sua dignificação.

Sentimo-nos honrados pela confiança que muitos Maiatos em nós depositaram, esperançados em que a sua voz seja escutada, as suas dúvidas esclarecidas, na expectativa de que, um dia, neste Concelho, haja outra alternativa, onde seja bem-vinda a participação de todos os Maiatos.

O B.E., quer ser uma força de oposição simples, coerente e objectiva. Seremos uma oposição viva, saudável, irreverente e corajosa, mas também democrática responsável e sobre tudo leal.

Diz o saber popular que "da discussão nasce a luz" este é o nosso entendimento sobre pontos de vista divergentes e mesmo opostos.

Julgamos que o debate e o confronto de ideias são enriquecedores, propiciar-nos-á mais esclarecimento, condição necessária para melhor decidirmos em consciência.

O seguidismo, é uma doença política, infecto-contagiosa, que produz insanidade mental, destrói todas as capacidades democráticas e castra a liberdade da iniciativa individual.

Pelo ,que já foi dito queremos fazer uma proposta e duas solicitações ao Senhor Presidente desta Assembleia.

Propomos que:

A distribuição de documentação tão vasta, como a em discussão nesta Assembleia, seja distribuída, com mais tempo, ou seja com a antecedência de 15 dias, para que á sua volta, se desenvolva uma discussão séria e responsável, com tempo para solicitar a V.Exa. .os esclarecimentos que acharmos convenientes.

1ª Solicitação:

Pretendemos os Deputados do B.E. nesta Assembleia ser informados dos critérios utilizados para a nomeação dos Administradores das Empresas Municipais, assim como vencimentos, e, ou, mordomias auferidas pelos mesmos.

2ª Solicitação:

Solicitamos o regulamento, e, ou, critérios utilizados para a distribuição do Cabaz de Natal.

Solicitamos ainda, a lista dos municípes, que usufruíram deste cabaz nas freguesias de:

Silva Escura, Folgosa e S. Pedro Fins.

Estes documentos terão como objectivo analisar e esclarecer algumas situações que nos chegaram ao conhecimento, parecendo-nos, ao ser verdade, politicamente erradas e moralmente incorrectas.

Senhor Presidente
Restantes presentes

Assim termino a minha 1ª intervenção nesta Assembleia.

Maia, 28 de Dezembro de 2005

Francisco Amorim.

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The signature is enclosed within a double-lined rectangular border. The name 'Francisco Amorim' is clearly legible within the signature.A handwritten mark or signature in the top right corner of the page. It consists of several stylized, overlapping lines that form a unique symbol or set of initials.

DCC 6

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia,
Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia,
Exmos. Senhores Deputados e Presidentes da Junta,
Exma. Comunicação Social e
Exmo. Público.

1/1/11
1/1/11

Em 2004 a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados lançaram na Urbanização do Lidador uma obra de grande envergadura visando substituir a rede de abastecimento de água e a repavimentação das ruas.

Simultaneamente, a rede eléctrica, a rede telefónica, a de gaz e a TV Cabo aproveitariam para em conjunto instalar no subsolo as respectivas infra-estruturas. Trata-se de uma obra que, pela sua importância e apesar dos transtornos causados, foi bem acolhida pela população.

Sem qualquer explicação, quer da Câmara, quer dos SMAS, a obra foi interrompida em 2005, tendo apenas sido executada num troço da Rua 1. Nos restantes arruamentos sobram agora os passeios esburacados, as ruas despavimentadas e a sinalização tapada. Será que os moradores não merecem uma explicação? Há longos meses que as obras pararam, ao que consta por falência do empreiteiro, mas o certo é que não queremos que uma obra, na qual depositamos tantas expectativas, se transforme num pesadelo. Voltaram os acidentes, nos dias de chuva a lama invade as ruas e com o aproximar do Verão teremos o pó a entrar pelas nossas casas dentro.

A conclusão da obra, prevista para 2006, foi alargada para 2007, mas a este ritmo temos muitas dúvidas. E sobretudo não compreendemos que sendo comparticipada em 85% pelo Fundo de Coesão, a sua conclusão não cumpra o objectivo inicial.

Venho pedir-lhe Sr. Vice-Presidente, para que sejam rapidamente recomeçados os trabalhos e chamar a atenção de que não se justifica que a

sinalização continue tapada em alguns cruzamentos, o que é no mínimo, um acto de incúria e tem sido causa de frequentes acidentes.

Não seria justo se não tivesse uma palavra para enaltecer a criação do Parque de Quires. É um espaço simples mas bonito, que foi inaugurado à pressa por estarmos em ano de eleições, mas que tem vindo a ser acabado desde então. É um espaço de lazer, que está a ser muito utilizado sobretudo pelas crianças e pelos pais e avós que aproveitam para descansar, enquanto elas se divertem.

Permita-me, no entanto, Sr. Vice-Presidente que dê algumas sugestões. A primeira é que, sendo um espaço vocacionado para os mais pequenos, seria bom que fôssem colocados mais alguns equipamentos apropriados, desde o escorrega a baloiços, que não existem. A segunda sugestão, face à dimensão do Parque, é a da instalação de sanitários, mesas para os mais idosos e bebedouros, o que nos parece ser uma necessidade e até uma exigência. Por último, e dado o Parque estar inserido numa zona residencial onde toda a gente tem cães, e não foi para estes que o Parque foi feito, nem os extensos relvados plantados, seria aconselhável que fosse colocada sinalização apropriada, dissuadindo os donos para que o Parque possa, efectivamente, justificar o investimento que foi feito.

*Termino desculpando o facto de não ter sido possível
com a algarvia, quanto ao assunto. Obrigada.*

Ana Maria da Rocha Esteves Rodrigues

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social,
Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Desde 2004 que têm vindo a realizar-se obras, em algumas das Ruas das Urbanizações do Lidador e Bouça Grande, em Vila Nova da Telha.

Trata-se de uma empreitada, posta em concurso pelos SMAS, com a qual se pretende substituir as condutas de abastecimento de água potável, drenagem de águas pluviais e, em simultâneo, a instalação de parte da rede do gás natural, colocação em via subterrânea da tubagem para a iluminação pública, telefones e TV cabo e a necessária requalificação de todos os pavimentos e passeios

É uma obra de grande envergadura, que envolve várias empreitadas e que sem dúvida trará melhor qualidade de vida para os habitantes mas, pela forma como está a decorrer, tem provocado um autêntico caos nas ruas e respectivos passeios.

São as máquinas em movimento que fazem estremecer as habitações, é o pó, é a lama em dias de chuva, é a falta de água nas casas.

Na Rua 5 é frequente a ruptura nas tubagens de água potável por serem ainda as antigas estão bastante degradadas.

Por vezes, aquela ruptura acontece mais de uma vez no mesmo dia, levando ao desespero dos habitantes desta rua com os sucessivos cortes no respectivo abastecimento, o que também se reflecte noutras ruas.

Quando chove ocorrem inundações nas casas, em especial na Rua 1, junto aos edifícios do PER, que já originaram diversas reclamações dos moradores desta zona. Este problema tem anos e as obras realizadas até ao momento em nada beneficiaram o escoamento das águas, antes pelo contrário.

Tudo isto porque as obras se arrastam, decorrem muito lentamente e por vezes estão mesmo paradas.

Tenho dado nota de todos estes problemas a V.Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, quer através de ofícios, quer pessoalmente procurando transmitir-lhe o mau estar que isto ocasiona nos habitantes desta zona de Vila Nova da Telha.

Provavelmente não traríamos este assunto a esta Assembleia, pois temos conversado bastante sobre este problema com V.Ex.^a, Senhor Presidente, mas a situação de autêntico caos das ruas e passeios, as frequentes rupturas nas tubagens de água potável e também porque algumas promessas que foram feitas não têm passado disso mesmo, de promessas, como por exemplo a colocação de uma grelha para melhorar o escoamento das águas pluviais na Rua 1 junto as edifícios do PER, levou-nos a expô-lo aqui, perante V. Ex.^a.

Temos conhecimento que o empreiteiro ao qual foram adjudicadas estas obras estará com dificuldade em lhes dar continuidade.

Provavelmente, será este o motivo que origina a lentidão em que as mesmas se desenvolvem, sem aparente planeamento, de execução duvidosa, com danos nas habitações, com as ruas cheias de buracos e lombas, com os passeios completamente degradados.

Termino, solicitando a V.Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, que me informe qual a situação de todo este processo para que possa dar uma explicação convincente aos moradores desta área de Vila Nova da Telha, para que fiquem mais descansados e com a esperança de que todo este pesadelo acabe, o mais urgentemente possível.

Repito que esta obra teve o seu início no ano de 2004, se nada for feito e se continuar com este ritmo ainda teremos obra por mais alguns anos.

Tenho dito.

Junto Quatro documentos
de normalização

Maia, 28 de Dezembro de 2005

Floriano Pinho Gonçalves
Deputado Municipal e Presidente de Junta

JUNTA DE FREGUESIA VILA NOVA DA TELHA

MAU ESTADO DOS ARRUAMENTOS

RUA 1:

Passeios: As juntas das guias dos passeios não estão rematadas (tomadas)

Passeios que falta rematar: (junção passeio novo com passeio velho)

- Confluência com Rua C
- Confluência com Rua 15
- Confluência com Rua 10
- Confluência com Rua 7

Pavimento:

Entroncamento da Rua 7 com a Rua 1 tem falta de escoamento das águas pluviais. Junta-se grande quantidade de água, quando chove, que invade caves e jardins na Rua 1.
Cruzamento com a Rua 6, junto à curva, pavimento faz cova.
Água das chuvas empoça junto aos n.ºs 1099, 1002 e 1008.

RUA 5:

Passeios: Em quase toda a Rua os passeios estão bastante degradados, quer à direita quer à esquerda.

Nos locais onde foram colocados novos postes de iluminação e caixas para derivações eléctricas não existe pavimento nos passeios.

As guias dos passeios estão bastante degradadas, partidas ou não existem em vários sítios.

Pavimento: Muito degradado em toda a Rua 5.

Depósito de bastante água das chuvas frente aos n.ºs 350, 353, 365, 362, 566, 586 e lado oposto 20, 109, 110, 689.

RUA 12, 13, 14 (parte), 15: Passeios degradados ou não existem.

Pavimentos muito irregulares, nalguns casos com buracos

RUA 10: Passeios bastante degradados ou não existem. Pavimento em mau estado.

Ao longo de toda a Rua existe uma faixa, não pavimentada, referente a uma vala que foi aberta e fechada.

Buracos no cruzamento com a Rua 1.

RUA 7: Grande buraco no passeio, junto ao café Conquilha.

RUA GONÇALO MENDES DA MAIA:

Passeios: As juntas das guias dos passeios não estão rematadas (tomadas)

Falta pavimento nos passeios junto aos postes de iluminação e caixas eléctricas.

Uma guia, do passeio, à entrada do pontão sobre a linha do Metro, está deslocada.

GRANDES BURACOS NOS PAVIMENTOS:

Fundo da Rua A (junto n.º 381) – Rua F (próximo do cruzamento com Rua A)

Rua E (próximo do cruzamento com Rua A- junto ao Tintin) – Rua D (próximo do cruzamento com Rua B).

Rua D: Depósito de águas das chuvas frente ao n.º 102, 162, 116. Nesta Rua, no cruzamento com a Rua C (na curva), o passeio está bastante danificado. (caixa de águas pluviais rebentada)

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia
Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

→ Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha

Exmos. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia Municipal da Maia

Exmos. Senhores,

Indignação é o mínimo que os subscritores podem exprimir perante os motivos determinantes desta exposição.

Os signatários são moradores Rua número UM da Urbanização do Lidador, junto à confluência com a Rua número Sete, na freguesia de Vila Nova da Telha.

Ao longo dos anos têm vindo a solicitar à Câmara Municipal uma intervenção eficaz no sentido de acabar com as inundações sazonais que se verificam na Zona onde moram, inundações que tem provocado sérios prejuízos aos residentes.

Constatam que apesar das várias intervenções que a Câmara tem levado a efeitos e dos muitos milhares de Euros gastos, os problemas subsistem. O que mais dói aos signatários é que se gastem quantias substanciais sem que sejam resolvidos os problemas.

É que as soluções técnicas encontradas não levam em conta a experiência de quem sofre com as inundações. Será que os técnicos se sentem melindrados só porque os moradores lhes indicam soluções? Parece que sim.

Isto os moradores verificaram que com as obras de arranjo urbanístico da Rua, que decorrem desde o principio do ano e ainda não acabaram, estavam a ser retiradas as grades e as entradas livres (vulgo bocas de lobos) existentes no local.

Os signatários a dirigirem-se, então, ao Sr. Presidente da Câmara em exposição requerimento que se anexa, alertando para a necessidade não só de manter como alargar as bocas de lobo e os gradeamentos existentes, bem como colocar outras do outro lado da rua.

Verificaram que, de facto, foi alterado o projecto inicial e colocados gradeamentos e abertas bocas de lobo, mas de dimensão reduzida face às necessidades, não respondendo totalmente às sugestões apresentadas pelos moradores.

E desde logo os moradores se interrogaram sobre a eficácia da intervenção.

Tiveram a prova na noite do passado dia 27.

Bastaram 5 minutos de chuva intensa para que a inundação se verificasse. Não fora a imediata intervenção dos moradores limpando e retirando os gradeamentos para que a água drenasse com mais facilidade e as consequências teriam sido muito graves.

Pode parecer impossível a quem passa pelo local depois das inundações, mas só a experiência de quem cá vive é que pode dar as informações necessárias para que possam elaborar convenientemente os projectos. É necessário assistir às inundações para se compreender o que se passa neste local.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia

Exposição alerta e requerimento urgente

VILA NOVA DA TELHA
28 DE FEVEREIRO DE 2005

Exmo. Senhor,

Os abaixo-assinado, moradores da Rua Um da Urbanização do Lidador, vêm expor e alertar para o seguinte:

Apreciam os esforços que a Câmara Municipal da Maia tem feito para solucionar os problemas decorrentes das inundações que periodicamente se verificam na confluência da Rua Um com a Rua Sete.

No entanto, em todas as anteriores intervenções efectuadas se não fora o alerta dos moradores, quer junto da Câmara a que V. Ex.^a preside quer junto da Junta de Freguesia e dos Empreiteiros, os problemas que ocorrem nesta zona seriam muito mais graves.

Vem isto a propósito da actual intervenção que se está a processar e pelo andamento da obra verificamos que, apesar das boas intenções, tudo leva a crer que a drenagem das águas pluviais não vai seguramente resolver os problemas existentes, aumentando as nossas preocupações.

As condutas que estão a colocar são de dimensão capaz, o que não está em causa. De referir que as existentes só não esgotavam a água quando os boeiros se encontravam entupidos e porque as entradas livres (bocas de lobo) eram insuficientes.

De referir que a tese defendida na altura pelos técnicos era, como agora, retirar os boeiros grandes com gradeamento e as bocas de lobo existentes no local.

Pode parecer impossível a quem passa pelo local depois das inundações, mas só a experiência de quem cá vive é que pode dar as informações necessárias aos técnicos para que possam elaborar convenientemente os projectos. É necessário assistir às inundações para se compreender o que se passa neste local.

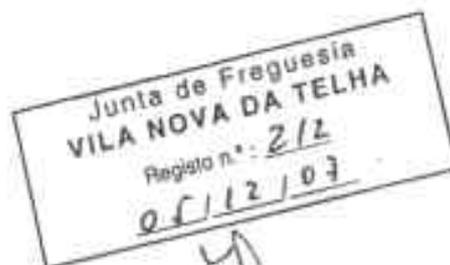
Pode dizer que o actual projecto vai recolher as águas à distância para que as mesmas não cheguem ao local, mas, somos obrigados a alertar para o facto de tal não ser suficientemente eficaz, como a experiência tem demonstrado.

O que mais custa aos abaixo-assinados é ver os milhares e milhares de Euros que se vão gastar sem que possam dormir descansados na certeza que os seus bens não serão danificados pelas inundações, com os consequentes prejuízos que isso acarreta.

Posto isto os abaixo assinados, na certeza que V. Ex.^a compreenderá estas preocupações,

(continua no verso)

António Fernando Ferreira Valério
Urbanização do Lidador rua 14, n.º 185
Vila Nova da Telha
4470-706 Maia



Maia, 4 de Dezembro de 2005.

Assunto: Aluimento da Via Pública.

Exmos. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha,

Venho por este meio, solicitar a V. Ex.a. que intervenha na resolução do problema que a seguir exponho e que se prende com as obras que foram efectuadas, em frente à minha residência, na morada supra citada, para a colocação da rede de gás e de iluminação pública. Tais obras resultaram em diversos danos, a destruição do passeio de acesso à residência e à garagem, com o rebentamento da soleira de mármore e respectivo pilar tendo feito com que a dobradiça do portão partisse. Para agravar a situação, não me é possível ter acesso à garagem, uma vez que, as terras aluíram, existindo agora duas profundas crateras, uma delas é em frente a uma caixa de alta tensão, e a ameaça de constantes aluimentos no trajecto em que as obras foram feitas.

A situação é grave e exige a rápida intervenção das entidades competentes, pois qualquer pessoa que desconheça o problema ou não se aperceba, poderá ser surpreendido desagradavelmente. Perante esta situação, pretendo a reparação dos danos causados na minha residência e a reparação da via o mais urgente possível de modo a evitar que algum acidente grave aconteça.

Apresentando os meus cordiais cumprimentos, fico a aguardar que a vossa rápida intervenção.

Atentamente,

António Valério



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores Secretários
Senhor Vice-presidente da Câmara,
Senhores Vereadores
Caros Colegas,
Estimado Publico Presente e
Órgãos da Comunicação Social.

Minhas senhoras e Meus senhores.

Na sequência do Encontro Nacional de Autarcas em Santarém e do XV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portuguesas realizado na cidade do Porto nos dias 9 e 10 de Dezembro últimos, teve como pano de fundo as duras críticas ao Governo, de todas as forças políticas, nomeadamente do senhor Dr. Mário de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, devido principalmente às medidas restritivas impostas às autarquias (aumento de impostos e redução dos direitos) à permanente desconfiança que exerce sobre os autarcas e às intoleráveis e permanentes pressões que o Governo exerce sobre as Câmaras Municipais para a cedência de terrenos e para participações em investimentos que são da exclusiva competência do Poder Central, nomeadamente nas áreas da Saúde, Justiça, Protecção Civil, Rede Viária entre outras. Para permitir uma boa saúde financeira dos municípios, foi aprovada uma proposta para a alteração e revisão da Lei das Finanças Locais, de uma forma sustentável que garanta a estabilidade, permitindo aos municípios poderem fixar impostos locais e desta forma possibilitarem uma maior autonomia fiscal. À Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nos seus vinte anos de existência, jamais havia acontecido por parte de qualquer Governo, mas que o actual tinha feito: a não aceitação de qualquer audiência para negociação ou consertação assuntos de interesse municipal. O senhor Primeiro Ministro referiu com insistência, na sua intervenção o Plano Tecnológico e prometeu que os Municípios iriam ter uma participação muito importante neste projecto e, ainda a alteração da Lei da Finanças Locais. Aproveito a oportunidade para falar das Freguesias. Pelo que me foi dado saber no próximo ano apenas as Juntas de Freguesia irão ser contempladas com o aumento das transferências financeiras do Estado de acordo com a taxa de inflação através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) e que os

municípios não irão receber qualquer aumento. Queria aqui chamar a atenção dos meus colegas Presidentes de Junta, de que nós entramos num novo ciclo municipal. Dirijo-me expressamente para o senhor Vice-presidente da Câmara. Existe um Protocolo, com largos anos de vigência, firmado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, que deveria ser alterado e actualizado. Se os Municípios se queixam do Governo Central, nós, Presidentes de Junta, temos de o fazer em relação às Câmaras Municipais, pois são-nos atribuídas responsabilidades que não são da nossa competência, pelo que se torna necessário protocolar quais são efectivamente as nossas competências, dentro da nossa área geográfica. Há uma outra matéria que eu considero muito importante e que eu não quero deixar de realçar: os duodécimos. Porque razão há a actualização das transferências financeiras do Estado para as autarquias locais e não há actualização dos duodécimos?

É uma questão que deverá ser estudada entre ambas as partes.

Muito obrigado.

Maia, 28 de Dezembro de 2005

Ilídio da Silva Carneiro.

Doc. 9
H
M

VOTO DE LOUVOR

O atleta Nuno Moreira do Clube de karaté da Maia foi agora ainda mais longe, conquistou ~~este~~ ^{no} mês ^{passado} a honrosa medalha de Bronze no Campeonato Mundial de Juniores que decorreu em Limasol, no Chipre.

O Clube de Karaté da Maia, fundado apenas em 2001, conta com uma tal excelência de atletas que já discutem os lugares do pódio na modalidade a nível mundial.

Desta vez, Nuno Moreira, de entre os atletas de Karaté federados em Portugal, foi o único que garantiu para o nosso país um lugar no pódio, a melhor classificação alguma vez conseguida por atletas nacionais na modalidade.

Este título dignifica o país, o concelho e Clube enchendo de orgulho todos os atletas e todos os maiatos.

Quando, em 2004, a Confederação Nacional do Desporto e o Instituto do Desporto de Portugal consideraram Nuno Moreira o Atleta do Ano, não havia dúvidas de que estávamos em presença de um atleta de elevado potencial que havia de honrar de forma brilhante essa distinção.

A qualidade do desporto que o Clube de Karaté da Maia empreendeu e leva à cena internacional, deve-se à dedicação dos seus atletas, treinadores, associados e dirigentes que, através deste louvor, queremos ver reconhecida publicamente.

Pelo título alcançado e pelas recentes vitórias que o Clube de Karaté da Maia tem conseguido, quer por equipas, quer por cada atleta individualmente, que muito têm dignificado o desporto maiato, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a esta Assembleia Municipal um VOTO DE LOUVOR ao atleta Nuno Moreira e ao Clube de Karaté da Maia, devendo ser endereçado aos louvados bem como tornado público através da Comunicação Social.

Maia, 28 de Dezembro de 2005

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DO PRESIDENTE

Doc. 10

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada n.º 233

Em 15 / 12 / 05

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 20.964

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Exma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Este documento sobre a actividade do Município é redigida na circunstância e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2005.

Esta é a primeira Informação que dirijo aos Membros da Assembleia Municipal constituída em sequência ao acto eleitoral realizado no passado mês de Outubro, pelo que quero a todos saudar e apresentar os meus melhores votos de sucesso no desempenho das funções para que estão mandatados e desejar que o trabalho que têm pela frente seja profícuo e resulte produtivo em prol da nossa Maia e dos Maiatos.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DO PRESIDENTE

Nesta Sessão da Assembleia estarão em apreciação e em votação documentos fundamentais e de elevada importância para a vida do Município, sendo de realçar os que de uma forma genérica constituem e enformam as grandes linhas da actividade a desenvolver pela Câmara Municipal, pelos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento bem como pelas várias Empresas Municipais.

Tratam-se dos documentos previsionais da acção a ser desenvolvida no ano de 2006 a qual, naturalmente, prossegue na linha e no caminho que tem vindo a constituir a marca do nosso espaço municipal. Uma marca caracterizada pela qualidade de vida, pela modernidade, pela ousadia, pela defesa do ambiente, e pela protecção e enquadramento dos nossos concidadãos mais necessitados e com maiores dificuldades. É um caminho que temos vindo a percorrer e ao qual vamos dar continuidade.

Sendo um vasto conjunto de documentos que versam em grande e aprofundado detalhe a vida do Município, a que se juntam os acordos com a "EDP" com vista à renovação do Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica e do Protocolo que visa a regularização de débitos, julgo que ao momento nada mais será necessário referir ou comentar a propósito ou acerca da Actividade Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DO PRESIDENTE

Por fim, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações suplementares que venham a entender como necessárias.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	3.403.613,20
b) Dotações orçamentais –	3.619.144,23
c) Dotações não orçamentais –	3.012.680,09

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.a, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e a todos os Ex.mos Membros da Assembleia e respectivas Famílias os meus melhores e sinceros desejos de um Santo Natal e de um Excelente Ano Novo.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 14 DE DEZEMBRO DE 2005,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

[Handwritten signature]
①

PONTO 3-3.

PROTOCOLO DE ACORDO C/A E.D.P.

AQUILO QUE PARA NÓS NÃO PASSA DE UM NECESSÁRIO APENAS APARENTEMENTE, REPITO, APARENTEMENTE VANTAJOSO, É-NÓS APRESENTADO PELO EXECUTIVO CAMARÁRIO COMO "EXTRAORDINARIAMENTE BENÉFICO" PARA O MUNICÍPIO.

É ABSOLUTAMENTE OPORTUNO E NECESSÁRIO FAZER LEMBRAR A ESTE FÓRUM, QUE AO LONGO DESTES CERCA DE 18 ANOS REFERENTES À DÍVIDA DOS ~~SIX~~ "SMEAS" PARA COM A ELÉCTRICA E.D.P., SETARE A C.D.V. RECLAMOU, DEFENDEU E RECONIZOU QUE A MELHOR SOLUÇÃO SERIA A CÂMARA MUNICIPAL E OS ~~SEUS~~ SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, ASSUMIREM A DÍVIDA !

ACONTECE PORÉM QUE OS SUCESSIVOS EXECUTIVOS DESTA CÂMARA, ASSIM NÃO O ENTENDERAM !

TAMBÉM TEMOS QUE LEMBRAR QUE ATÉ FOMOS SOLIDÁRIOS COM ESTE E OUTROS MUNICÍPIOS DO "GRANDE PORTO", DEFENDENDO QUE SE DEVERIA PAGAR À E.D.P. A FACTURAÇÃO DA ENERGIA ELÉCTRICA FORNECIDA COM BASE NOS TARIFÁRIOS APLICADOS COM OS ANTERIORES PRODUTORES / FORNECEDORES, NÃO SE DEVENDO APENAS PAGAR A DIFERENÇA A MAIS, RELATIVAMENTE AOS PREÇOS MAIS ELEVADOS, IMPOSTOS PELA E.D.P. !

→

H
R 2

ENTRETANTO O ENTENDIMENTO DA CÂMARA E DOS
"SMEAS" FOI OUTRO.

INFELIZMENTE E À MEDIDA QUE O TEMPO DECORRIA ^{SE} TRANSMITIA
A IDEIA DE QUE NADA ESTAVA A ACONTECER A DÍVIDA NATURAL-
MENTE FOI ENGORDANDO!

A C.D.U. É OBRIGADA A MANIFESTAR-SE CONTENCIOSA
AO ENTENDIMENTO QUE O ACTUAL EXECUTIVO CAMA-
RÁRIO E TAMBÉM OS VEREADORES DO PARTIDO SOCIA-
LISTA, TÊM SOBRE ESTE ASSUNTO.

TEMOS QUE DENUNCIAR QUE ESTE ACORDO PROTOCO-
LAR ESTÁ FORA DE TEMPO! NO MÍNIMO, PEÇA POR
TARDIO $\frac{1}{2}$ SENÃO VEJAMOS:

EM TEMPO DE VACAS GORDAS, QUANDO ERA MAIS BARA-
TO E PORTANTO MAIS FÁCIL PAGAR A DÍVIDA - POR
ELA SER INFERIOR -, NÃO O FIZERAM!

AGORA COM UM "DEFICIT" ASSUSTADOR E PORTANTO
UMA CONJUNTURA BASTANTE MAIS DESFAVORÁVEL
E POR ISSO SEM CONDIÇÕES PARA TAL É QUE SE
ARRESSAM E PROPÕEM PAGAR!

? PORQUÊ AGORA?

? O QUE É QUE SE ALTEROU NESTES ÚLTIMOS TEMPOS PARA
QUE O NOSSO MUNICÍPIO SE ARRESSA ^{AGORA} RECONHECER
E A ASSUMIR O QUE DEVE QUANDO SEMPRE O NEGOU

É DITO NA FUNDAMENTAÇÃO DO PROTOCOLO ~~DE~~
QUE ESTE ACORDO É VANTAJOSO PARA O MUNICÍPIO.
NÃO ENTENDEMOS ASSIM E VAMOS MAIS LONGE, PEN-
SAMOS QUE O CONTRÁRIO IRÁ ACONTECER, OU SEJA,

1/2/80 (3)

DURANTE 40 ANOS FICA A CÂMARA DA MAIA "AMARRADA" À E.D.P. E AOS PREÇOS QUE ELA IRÁ IMPOR!

AO INVÉS VAMOS ASSISTIR - PROVAVELMENTE DENTRO DE POUCOS MESES - E QUANDO O MONOPÓLIO DO FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE ACABAR, OS MUNICÍPIOS VIZINHOS ^{vão} NEGOCIAR LIVREMENTE COM OUTROS FORNECEDORES, TARIFÁRIOS MAIS FAVORÁVEIS, FICANDO ESTA CÂMARA E OS SEUS MUNICÍPIOS, DURANTE ESTES PRÓXIMOS 40 ÉPICOS ANOS, A PAGAR O QUE AGORA É ROTULADO DE BOM NEGÓCIO.

MAIS UMA VEZ SE HIPOTÉCA O FUTURO!

A C.D.U. NÃO TEM PROBLEMA NENHUM EM CONCORDAR COM OS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA QUANDO NA SUA DECLARAÇÃO DE VOTO NO EXECUTIVO DIZEM QUE "SÓ O FUTURO PERMITIRÁ ANALIAR COM RIGOR OS ~~PROXIMOS~~ RESULTADOS DESTA NEGOCIAÇÃO". CONSIDERAMOS QUE TEM TODA A RAZÃO EM DUVIDAR DAS REAIS VANTAGENS DESTA ACORDO!

A TERMINAR DIZEMOS QUE SE HÁ ALGUÉM GANHADOR NESTE NEGÓCIO É SEM DÚVIDA A E.D.P. E NÃO O MUNICÍPIO DA MAIA.

ALIÁS SE OBSERVARMOS ATENTAMENTE E ENTENDER-MOS O SIGNIFICADO DOS NÚMEROS DA PRÓPRIA E.D.P. SOBRETUDO O APARENTE PERDÃO //ABAIXAMENTO DA DÍVIDA PARA APENAS 20 MILHÕES DE EURBS E AINDA O VOLUMOSO INVESTIMENTO QUE ESTA FARÁ NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA MAIA E QUE EM 20 ANOS SERÁ O DOBRO DOS VALORES ENTREGUES PELOS "SMEAS", FICAMOS NÃO COM A SENSACÃO MAS COM

 (4)

A CERTEZA DE QUE A E.D.P. PREPAROU MUITÍSSIMO BEM O SEU PRÓPRIO FUTURO À CONTA DA PENALIZAÇÃO DOS MAIATOS.

DIZ O POVO E COM INTEIRA RAZÃO QUE QUANDO A ESMÓLA É GRANDE O POBRE DESCONFIA!

05/12/28.

(J. GOMES)

BANCADA / C.D.U.





Assembleia Municipal da Maia - Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Jornalistas

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O **PLANO** e **ORÇAMENTO** são os dois principais documentos definidores da estratégia para o Concelho, tratando-se portanto de **DOCUMENTOS POLÍTICOS**. Neles devem estar claras quais as principais prioridades para o desenvolvimento, qual o caminho de futuro, qual a orientação estratégica do caminho a percorrer, e quais os meios de que dispõe a Câmara Municipal da Maia para levar à prática tais objectivos.

A análise destes documentos, embora baseada na apreciação técnica dos números, tem portanto que ser uma **análise essencialmente política**.

É pois, nesse plano que afirmamos, que da apreciação que fizemos dos documentos apresentados ficamos sem perceber qual ou quais são, afinal, as principais orientações políticas para o Concelho.

Pedimos-lhe pois Sr. Presidente, que esclareça esta Assembleia sobre quais as orientações políticas que estão subjacentes a estes documentos? Que estratégia de desenvolvimento para o Concelho? Onde estão afinal as orientações que colocam em primeiro lugar as PESSOAS? Onde podemos encontrar o tão propagandeado "Olhar Social" sobre a



Assembleia Municipal da Maia - Grupo Parlamentar do Partido Socialista

sociedade maiaita? Onde está o prometido aumento significativo do apoio social à Infância e à Terceira Idade?

É claro que quem governa, governa com o seu programa. Não estávamos portanto à espera, que viessem apresentar e defender as soluções que foram propostas pelo Partido Socialista para a Maia, mas esperávamos ver aqui consignadas aquelas que foram as Vossas promessas eleitorais, esperávamos ver aqui claramente expressas as preocupações com as franjas marginais da população maiaita, esperávamos encontrar uma via de desenvolvimento e crescimento para a Maia, e lamentavelmente não encontramos.

Temos ouvido repetidamente pela Maia que se alguma coisa o novo executivo, recentemente eleito veio acrescentar, comparativamente ao que o precedeu, foi uma maior disponibilidade para enfrentar os problemas sociais.

Pedimos-lhe pois Sr. Presidente da Câmara, que no ajude a esconter essa preocupação social nestes documentos, porque nós não a vemos.

O que nós encontramos, isso sim, é uma gestão feita de "navegação à vista", sem algo que nos projecte para além do que os olhos alcançam. O que nós vemos é a mera gestão dos investimentos já realizados ou em curso. Mais de 80 % das obras previstas, não se tratam de novos investimentos a realizar, mas antes na assunção de encargos de obras já realizadas, algumas delas inauguradas apressadamente com pompa e circunstância, em véspera de eleições. Trata-se portanto "apenas" de pagar "Obra feita". Não encontramos nestes documentos, nada de verdadeiramente inovador e estratégico para o desenvolvimento do Concelho.

Ainda para cúmulo, a base da receita orçamental para a realização deste plano, assenta na fantasia (para não dizer na falácia), que é a de prever **receitas de capital** obtidas com a

alienação de património Municipal num valor de 50 M€. Esta verba representa cerca de 40 % do total de receitas previstas.

Para além de nos parecer muito questionável a solução de vender património que a autarquia veio a “amealhar” nas últimas décadas, e irrealista esperar realizar 50 M€ com essas vendas (quando se sabe que no ano em curso se conseguiu apenas realizar um encaixe por via da alienação de património que é inferior a 5 M€), ficamos sem saber qual é esse património que a Câmara pretende vir a alienar, e onde calcula vir a realizar os tais 50 M€.

Deverá pois o Sr. Presidente da Câmara esclarecer esta Assembleia sobre o que tem em mente vender para obter tais receitas. Permita-nos que lhe recordemos que também no Orçamento anterior se previra alienação de património num valor de 40 M€, mas que apenas conseguiram realizar pouco mais de 10 % do previsto.

A segunda fantasia que este orçamento encerra, tem a ver com a previsão do **aumento de transferências de capital da administração central** para cerca de 16 M€, quando se sabe que as transferências actualmente realizadas se situam em pouco mais de 50 % desse valor, e é pública a intenção do governo de, num cenário de contenção orçamental para 2006, não fazer qualquer correcção desse valor.

Sendo assim, apenas podemos entender esta rúbrica, pela intenção de aligeirar responsabilidades pelo não cumprimento do orçamento, transferindo essa responsabilidade para uma entidade sem rosto e sem possibilidade de defesa, que se chama “Administração central”.



Asssembleia Municipal da Maia - Grupo Parlamentar do Partido Socialista

De qualquer forma não restam dúvidas que este Plano de Actividades tem por alicerce um orçamento "virtual" assente na venda de património e no aumento das transferências do estado.

Senhor Presidente
Senhores Deputados

A generalidade das autarquias tem procurado realizar orçamentos realistas, de rigor, procurando dar com isso um sinal exterior de contenção. Em vez disso a Câmara Municipal da Maia, mantendo a sua visão megalómana da realidade, insiste num orçamento empolado "de milhões", procurando ignorar que as últimas contas de gerência de que dispomos, as de 2004, mostram um valor global de 75 M€, e sabendo que o valor final deste orçamento não deverá ser muito diferente daquele, insiste apesar disso, em apresentar um valor absolutamente irrealista de 118,744 M€.

Não se compreende que num ano em que se pede rigor orçamental, o valor global do orçamento suba 3,7 %, passando de 114,484 M€ em 2005 para 118,744 M€ em 2006.

Esperemos que que a "mania" não se siga a "depressão".

Senhor Presidente
Senhores Deputados



Assembleia Municipal da Maia - Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Acreditamos que conhecem perfeitamente as dificuldades financeiras da Autarquia, tão bem como nós as conhecemos. Não havia pois necessidade de tentar mascarar dificuldades que são de todos, e todos estamos empenhados em ultrapassar.

A realidade está à frente dos olhos é bem diferente daquela que nos querem vender.

Ainda na última Assembleia Municipal, a propósito da discussão do IMI, ouvimos o líder parlamentar do PPD-PSD fazer referências elogiosas à **poupança corrente** da autarquia, os seja à diferença entre as receitas e as despesas correntes, chegando mesmo a perguntar aos deputados se sabíamos o isso significava.

O que ficou por dizer, e em nome da verdade, da seriedade e da transparência devia ter dito, é que essa poupança corrente que no próximo ano será de 6 M€ (51,035 M€ - 44,913 M€) é já insuficiente para suportar o pagamento de amortizações dos passivos financeiros (que este ano atingirá os 6,4 M€), uma vez que vão terminando os períodos de carência de empréstimos bancários anteriormente contraídos. Este valor que este ano é já o dobro do do ano anterior, deverá continuar a agravar-se progressivamente.

Estão assim criadas condições para colocar todo o investimento da Câmara Municipal da Maia, na dependência da obtenção ou não de receitas extraordinárias. Esta situação poderá comprometer a continuação dos contratos programa celebrados com as Juntas de Freguesia, o que associado à redução nas previsões nas transferências correntes e de capital, poderá colocar as Juntas de Freguesia em sérias dificuldades.

Não deixa de ser curioso que neste quadro se mantenham previsões de dotações às colectividades muito superiores às que são transferidas para as Juntas, como não deixa de ser curioso para quem fala de apoio social, que a verba que se prevê investir na aquisição de terrenos para construção do futuro hipódromo de Silva Escura, é muito superior aos 35000 €



Assembleia Municipal da Maia - Grupo Parlamentar do Partido Socialista

destinados ao apoio à terceira idade (sendo que destes 25000 € vão para apoio à construção do Centro de Dia de Barca), e que a verba de 187.500 € destinados ao apoio à infância, rerirados 100.000 € que vão para o Amanhã da criança e 75000 € para ampliação da creche do Jardim de Infância das Guardoiras, fica reduzida a apenas 10000 € !..

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Há em nosso entender nos documentos aqui presentes para apreciação, uma notável falta de estratégia e ambição políticas na definição de novas prioridades para o Concelho, e neles não se vislumbra qualquer preocupação com os problemas de inovação e falta de competitividade, mas há sobretudo uma falta de seriedade política ao tentar pintar em tons de rosa (melhor dizendo em tons laranja), uma realidade que é afinal bem cinzenta. Por tudo isto, e no exercício daquilo que, mais do que direitos e deveres de oposição, é para nós um imperativo de consciência porque queremos falar verdade aos cidadãos da Maia, **decidiu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votra CONTRA a aprovação destes documentos.**

Temos dito.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor ~~Presidente~~ Presidente da Câmara Municipal. *em exercício*

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social,
Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Da análise genérica que fiz ^{às grandes opções do plano} ao ~~Plano de Actividades~~ Orçamento para 2006, da Câmara Municipal da Maia, constato que há uma grande semelhança com os orçamentos de anos anteriores.

São repetidas as dotações orçamentais para obras, que não se tendo concretizado passaram, automaticamente, para o ano seguinte.

Infere-se, do actual processo orçamental, que há uma intenção aparente de, nos primeiros anos do actual mandato, diminuir os investimentos, provavelmente para amortizar dívidas que transitaram de anos anteriores, remetendo os maiores investimentos para o final do período em 2008/2009.

Infelizmente, já é habitual esta posição, que subordinando-se ao ciclo político remete para o final do mandato os investimentos de vulto.

A fatia do orçamento, para a Freguesia de Vila Nova da Telha, não foge a esta regra o que me deixa bastante preocupado porque vejo, com apreensão, que algumas obras que sendo necessárias no imediato ficam em lista de espera, talvez até para depois dos próximos quatro anos.

Refiro-me, por exemplo, às seguintes obras:

Drenagem de águas pluviais, para a Urbanização do Ribeiro. Já foi feito um estudo para esta obra. Todavia nem sequer aparece no Plano de Actividades.

Passeios e drenagem de águas pluviais, na Rua da Fábrica. A inexistência de passeios, num pequeno troço desta Rua, causa imensos transtornos às pessoas que ali passam. A falta de drenagem de águas pluviais origina, quando chove, autênticos banhos nas pessoas com a água projectada pelos rodados das viaturas que ali transitam.

Alargamento da Rua Velha de Vilar do Senhor. Era imperioso tomar uma decisão sobre este assunto para permitir, inclusive, a passagem de autocarros, que transportassem os habitantes desta zona limítrofe da Freguesia à estação do Metro

Pavilhão gimnodesportivo da Aldeia, para o qual me parece que chegou a haver participação.

Edifício Sede da Junta de Freguesia. É sobejamente conhecido por V.Ex.^a, Senhor Presidente, que o actual edifício da Junta de Freguesia, não tem as mínimas condições para atender, condignamente, uma população de cerca de 7.000 pessoas, nem permite um mínimo de conforto para as pessoas que nele trabalham.

Por isso, Senhor Presidente, pretendíamos saber porque razão tendo sido assinado o contrato de adjudicação da obra, em Maio deste ano e o respectivo auto de consignação dos trabalhos e estando o processo com o visto do Tribunal de Contas, desde Julho do corrente ano, as obras da terceira fase ainda não foram iniciadas ?

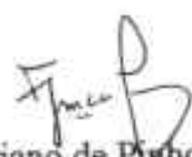
Em 5 de Dezembro passado enviámos um ofício à Empresa que ganhou o concurso desta empreitada, fazendo exactamente esta mesma pergunta.

Tivemos, também, uma reunião com V.Ex.^a e o representante da Empresa em 22 de Novembro onde nos foi prometido que a obra se iniciaria dentro de 10 dias.

Uma cópia do ofício atrás referido foi remetido para ^{50A} V.Ex.^a, Senhor Presidente e, até esta data, não obtivemos qualquer resposta, nem daquela Empresa nem tão pouco da Câmara Municipal da Maia que V. Ex.^a superiormente dirige, nem tão pouco as obras se iniciaram dentro dos prometidos 10 dias.

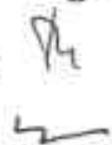
Parece-nos que, com este quadro bastante desanimador, é difícil termos uma certeza quanto ao sentido a dar ao voto que, no final das intervenções, nos será solicitado. Dependerá, como é obvio das respostas que aqui obtivermos de V.Ex.^a, Senhor ^{vice}Presidente, para estas nossas questões.

Maia, 28 de Dezembro de 2005


Floriano de Pinho Gonçalves
Deputado Municipal e Presidente de Junta



3.4 : GRANDES OPÇÕES DO PLANO - ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA.



UMA VEZ MAIS E POR ESTA OCASIÃO E COM A DESIGNAÇÃO DE "GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E EXECUÇÃO DA RECEITA E DA ^{DESPESA} DESPESA", SOMOS CONFRONTADOS COM UM VASTÍSSIMO CONJUNTO DE NÚMEROS E UMA ENORME LISTA DE DECLARAÇÕES, SUPOSTAMENTE PARA REALIZAR E DESENVOLVER.

NOVAMENTE TAMBÉM A C.D.U. CONSIDERA ESTARMOS PERANTE, OS MESMOS ERROS DE SEMPRE, AVENTES ALIÁS, NA DOCUMENTAÇÃO POSTA À DISPOSIÇÃO PARA A DISCUSSÃO DESTES ASSUNTOS.

CONTINUA A JUSTIFICAR-SE A NOSSA JÁ VELHA DENÚNCIA, DE QUE NÃO DEVERIA SER TOLERADO POR LEI O SISTEMÁTICO EMPOLAMENTO DOS ORÇAMENTOS, EM QUE ATRAVÉS DE EXERCÍCIOS DE PURO ILUSIONISMO, SÃO INVENTADAS ALGUMAS RECEITAS E, SIMPLEMENTE IMAGINADAS CERTAS DESPESAS.

COM ESTA PRÁTICA, CONSEGUE-SE MANTER CAMUFLADA A REAL CAPACIDADE REALIZADORA E, QUE NO CASO CONCRETO DA NOSSA CÂMARA HÁ MAIS DE 10 ANOS, A RELAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTADO E O REALIZADO TEM-SE SITUADO POUCO ACIMA DOS 50%. ALIÁS, JAQUÍ A 2-3 MESES QUANDO NESTA SALA ESTIVERMOS A APECIAR A APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2005, IREMOS DECERTO VERIFICAR E CONFIRMAR O QUE AGORA DIZEMOS

UMA VEZ QUE A ESTRUTURA E FILOSOFIA APLICADAS NESTE PLANO E ORÇAMENTO, NÃO DIFERE NA SUBSTÂNCIA EM NADA DO APRESENTADO NO ANO PASSADO, TAMBÉM



1
2

A POSIÇÃO DA C.D.U. IMPLICITAMENTE SERÁ A MESMA, ISTO É, REJEIÇÃO DESTA PROPOSTA.

CONTUDO GOSTARIAMOS DE DEIXAR À REFLEXÃO DESTA ASSEMBLEIA E PEDIR EXPLICAÇÕES AO EXECUTIVO SOBRE ALGUMAS QUESTÕES:

POR EXEMPLO,

ESTANDO PREVISTO A REALIZAÇÃO DE 48 MILHÕES 498 MIL E 500 EURS, PELA VENDA DE PATRIMÓNIO - CORRESPONDENTE A MAIS DE 70% DO TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL -, QUAL É O PATRIMÓNIO VALIOSO E APETECÍVEL PARA VENDA E A QUEM?

O GOSTO
E ME PERDOE!

SERÁ ESTE "FARDL DA ALEXANDRIA" AQUI AO LADO? QUEM É QUE O QUER?

? SERÁ O AERÓDROMO DE VILAR DE LUX? A QUEM SE VAI VENDER?

? ENTÃO PODERÁ SER O ESTÁDIO? MAS QUEM O COMPRARÁ?

CÁSO NÃO ADVINHEMOS NENHUMA DESTAS OU DE OUTRAS SOLUÇÕES, QUEIRAM ENTÃO FAZER O FAVOR DE APROVEITANDO ESTA OPORTUNIDADE, ^{DE}ABRIR O JOGO! CARAIBA, ESTAMOS EM DEMOCRACIA E TAMBÉM TEMOS A LEGITIMIDADE DE PERTENCER AO UNIVERSO DAQUELES A QUEM O VOSSO SUDGAN RECENTE SE DESTINA ^{OU SEJA} AS PESSOAS!

NAS RECEITAS PREVISTAS, A RECEITA VERBA DE 34 MILHÕES, 292 MIL E 500 EURS, COM A DESIGNAÇÃO DE "OUTROS" - SENDO ^{DE} 7 MILHÕES DE CONTOS QUE ESTAMOS A FALAR, ESTE "OUTROS" NÃO PODERÁ SER MAIS

→

3

BEM EXPLICADO?

A C.D.U. CONSIDERA GRAVE O FACTO DE NA INTRODUÇÃO DA PROPOSTA DESTE "PLANO E ORÇAMENTO" NÃO HAVER SEQUER UMA QUALQUER REFERÊNCIA AO "DEFICIT" DO NOSSO MUNICÍPIO. MAS NESTE PARTICULAR DISPENSAMOS QUALQUER EXPLICAÇÃO OU ESCLARECIMENTO POR SER DEMASIADO CLARO E ÓBVIO TAL INTENÇÃO.

NÃO É POSSÍVEL ESCONDER A REALIDADE!

O "DEFICIT" DESTE MUNICÍPIO É ENORME, OS SEUS AUTORES E SEGUIDORES TENTAM DISTARÇÁ-LO E NADA FAZEM PARA O COMBATER!

ESTE "PLANO E ORÇAMENTO" LIMITA-SE A SER A FERRAMENTA QUE ESTA ASSEMBLEIA ATRAVÉS DA SUA MAIORIA IRÁ DISPONIBILIZAR E ENTREGAR AO EXECUTIVO CAMARÁRIO APENAS PARA GERIR A CRISE!

A C.D.U. VOTARÁ EM OPosição!

BANCA DA / C.D.U.

DEPUTADO: J. GOMES

05/12/28

BE

Doc. 18

Vice

Exmo. Sr. Presidente da Câmara, *Srs. Vereadores*
Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmos. Srs. e Sras. Deputadas
Digníssimo Público

Handwritten signature/initials

Sob a pomposa designação "Grandes Opções do Plano - Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Actividades Mais Relevantes" e "Orçamento de Receita e da Despesa para o ano Financeiro de 2006" recebemos um volumoso dossier de 180 páginas, para apreciar num período de tempo diminuto, que só não nos intimidou porque a experiência da última campanha eleitoral foi suficiente para nos habituarmos à muita parra e pouca uva desta maioria. Tudo espremido, tínhamos a ideia, e confirmámo-la, de que sobraria tempo. E assim foi.

Em poucos minutos deu para perceber que as 180 páginas não são nem um Plano da Actividades nem um Orçamento.

No que se refere ao planeamento, são mais um livro de apontamentos do que um Plano.

No que se refere ao Orçamento, são um exercício de fantasia e irresponsabilidade, que não dignifica os responsáveis políticos que o subscrevem nem os técnicos que o elaboraram, se o fizeram convictamente e não sob os ditames dos seus superiores.

O Plano é, como se disse, um livro de apontamentos que parece funcionar mais ou menos deste modo: O Sr. Presidente da Câmara vai a uma das tais dezenas de colectividades de que se ufana ser sócio, promete uma qualquer coisa - ele promete sempre, sob os desmandos do seu apregoado bom coração - toma apontamento, chega ao Gabinete e diz para a secretária - para o Plano de Actividades.

Handwritten note: "Moderado a ironia"

O Sr. ~~Presidente~~ ^{Vereador} vê um qualquer novo material, caro ou barato não interessa, (não é ele que o paga), toma também apontamento, arranja uma obra municipal ainda que desnecessária para a sua aplicação, e zás, livro de apontamentos - perdoem-nos, Plano de Actividades.

O Sr. Dr. Mário Neves, mais moderado, parece-nos, não se podendo no entanto furtar à concorrência, toma conhecimento de uma qualquer iniciativa cultural noutra município vizinho, rapa da caneta e do papel, toma apontamento, e catrapumba, Plano de Actividades.

Dos restantes vereadores ainda é cedo para falar, mas não há muito a esperar. Estudaram pela mesma cartilha, e pese embora a sua juventude na vereação, são já cúmplices do livro de apontamentos de 2006!

Assim parece ser construído um Plano de Actividades no concelho da Maia!

Ora um Plano de Actividades é bem mais que um somatório de apontamentos avulsos, descoordenados, à la carte, alguns dos quais bolorentos por se arrastarem há décadas no livro!

Um Plano de Actividades pressupõe uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta a realidade concreta de cada município e os desejos e aspirações dos seus munícipes.

Pressupõe interrogarmo-nos, nós, os responsáveis políticos, e os nossos concidadãos, sobre o concelho que queremos ser.

Pressupõe ouvir e atender aos desejos e aspirações das populações. E também às soluções que apontam.

Pressupõe e exige um exercício de humildade democrática que esta maioria ignora e antagoniza. E portanto para nós, não haverá Plano nem estratégia para o concelho enquanto houver esta maioria.

Recordamos e recordaremos sempre uma "pérola" inserta a páginas 3 do Orçamento Municipal do ano passado da lavra desta maioria na qual se lê que "...a agenda do município é sempre ditada pelas ideias da Câmara, pelos planos, pelos projectos e pelos programas que lança, com coerência e visão. Por isso é que, quase sempre, após o conhecimento público das intenções da Câmara estas vêm a ser adoptadas pelos vários sectores da população, tomando-as como suas, apoiando-as e passando a constituir sua pretensão e objectivo"!

Exactamente o contrário do que pressupõe e exige uma cultura democrática de participação!

Com este pensamento que sentido faz falar de Plano da Actividades ponderado, participado e partilhado pela população do concelho? Nenhum! A maioria sabe tudo! Conhece os desejos e as necessidades! Antecipa as vontades! Tem as melhores e únicas soluções! A população só tem que ficar quietinha, de preferência em casa, com os morangos com açúcar ou exercitando os novos desígnios guerreiros do país, que ela trata do resto! E depois apenas têm de, como recomenda a maioria, tomá-las como suas, apoiá-las e adoptá-las como sua pretensão e objectivo!

Sentimos tiques de prepotência da forma que este pretenso Orçamento nos é apresentado! É caso para afirmar que um qualquer Kim Sung da

Coreia do Norte e a maioria que governa a Câmara Municipal da Maia têm mais afinidades do que poderia parecer!

Naquelas 180 páginas nem uma palavra, repetimos, nem uma palavra, sobre o porquê desta ou daquela acção. O porquê desta ou daquela obra. O porquê deste ou daquele subsídio. Estão ali elencados, e pronto! Como se se justificassem por si próprios. Sem necessidade de explicação. Porque só “...alguns, felizmente poucos...”, como se diz a páginas 3 da chamada “Breve Nota Preambular”, ousarão questionar, interrogar e pedir explicações. Ainda que representem 52% da população maiata, percentagem obtida nas últimas eleições autárquicas pelas forças políticas que nesta Assembleia não se revêem na maioria!

Mas então o que consta em concreto daquelas 180 páginas?

As primeiras sete, em letra bold e parágrafos bem espaçados – fica-nos a dúvida se tal avareza de texto se deveu a dificuldades no manejo da língua pátria, se à ideia de que nada há a explicar ou se a ambos - dão-nos conta de que esta maioria viu sufragado maioritariamente pela população o seu programa nas últimas eleições autárquicas, a qual escolheu “... o certo, o que é e o que está bem adquirido...” – as pérolas literárias sucedem-se – e que felizmente só uns poucos, os tais 52%, é que teimam em não ver o óbvio! E perante tal evidência concluem que escusado é mesmo voltar a arremeter com os famosos indicadores de que recorrentemente lançam mão, e que já eram imagem de marca dos anteriores Orçamentos, provando á saciedade que a Maia é o melhor lugar do mundo!

As 22 páginas seguintes constituem uma inovação em termos de Plano e Orçamento: transcrevem as Normas de Execução Orçamental de 2006! Não se percebe bem ao que vêm. Fica a ideia de que o Sr Presidente, à míngua de substância, e apercebendo-se de que o texto é curto, mandou avançar a palha!

O restante é um arrazoado de números sem qualquer justificação que os sustente que não dignifica nem quem os produz nem quem os subscreve.

E por isso mesmo, porque o documento produzido é manifestamente uma contrariedade que maioria, não podendo evitar, despacha, sem qualquer tipo de respeito nem pelo seu significado enquanto instrumentos fundamentais de gestão nem pela oposição, que nós

também despacharemos a maioria dizendo que os documentos não têm um mínimo de credibilidade que justifiquem sequer com eles perder grande tempo.

O Plano e o Orçamento do Município da Maia para 2006 é um embuste, um exercício de verdadeira incompetência e irresponsabilidade e por isso não merece ser levado a sério.

E sem conceder no que anteriormente se disse, apenas apontaremos dois ou três aspectos que manifestamente evidenciam tudo quanto dissemos e justificam sobejamente o sentido do nosso voto.

Como se entende que estando nós no final de 2005, conhecendo-se, ou devendo-se conhecer, os grandes números referentes a este exercício, não sejam os mesmos alinhados para comparação e fonte de projecção dos números de 2006?

Que credibilidade tem um total geral da receita para 2006 que aponta para 118,7 milhões de euros sabendo-se, como se sabe, que em 2002, 2003 e 2004 a receita municipal efectiva excedeu em pouco os 75 milhões? E sabendo-se ainda que, em 2004, últimos números efectivos da receita de que dispomos, se não fossem os 20 milhões de euros da receita extraordinária obtida com a titularização das rendas dos bairros sociais, a receita se teria ficado pelos 55 milhões de euros, ou seja, menos de metade da que se projecta para 2006?

Que credibilidade têm os orçamentos a que esta maioria nos habituou e que sistematicamente apontam para receitas superiores em mais de 50% às que efectivamente acabam por ser recolhidas? É um exercício de incompetência ou de irresponsabilidade ou de ambas? Não se envergonha a maioria quando, confrontada com as contas de gerência, vê sucessivamente reconfirmada a sua total incompetência em matéria de previsão? Não se envergonham os técnicos que elaboram tais documentos?

Que credibilidade tem um orçamento que do lado da receita - nas receitas de capital, de bens de investimento, referentes a Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras - contempla sob a designação "outros", e sem qualquer outra explicação, uma receita de 34 milhões de euros que corresponde a quase 30% da suposta receita!

Como é possível que alguém, técnico ou político, com um mínimo de brio profissional e auto-estima, aceite inserir uma tal receita nos termos em que aquela é feita? 34 milhões de euros de "Outros"?

Não terão vergonha?

Esta maioria, sempre tão afoita na defesa dos valores da economia de mercado, deve agradecer ao Senhor o facto de não ser julgada pelos critérios impiedosos daquele. É que, se assim fora, da há muito que estaria no desemprego por incompetência manifesta!

Este Plano e este Orçamento não merecem qualquer credibilidade, técnica ou política. Este Plano e este Orçamento constituem um desrespeito pelas mais elementares normas de seriedade e rigor com que deve ser gerida a coisa pública. Este Plano e este Orçamento são um ultraje para esta Assembleia. Este Plano e este Orçamento são um insulto para os Maiatos.

Por isso votamos convictamente contra!

BE

José António Santos

Handwritten initials or signature in the top right corner.

Doc. 16

**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO
SÓCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Deputados Municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

1. O Partido Socialista, enquanto força política líder da oposição e principal responsável pela construção atempada de uma alternativa séria e consistente ao actual poder autárquico, acompanha de forma atenta e construtiva a difícil situação financeira da Câmara Municipal da Maia. Apreciamos por isso de forma cuidada as designadas "Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Actividades Mais Relevantes)" e o "Orçamento da Receita e da Despesa" para o ano de 2006, apresentadas pelo executivo para deliberação a esta Assembleia Municipal.
2. Evidentemente, estes documentos prevêem investimentos e actividades que o Partido Socialista reconhece serem úteis. Aconteceu isso em documentos do mesmo teor apresentados em anos anteriores, sucede neste e acontecerá evidentemente nos que virão a ser apresentados no futuro. Nem outra coisa poderia acontecer. O Partido Socialista concorda portanto com todas as iniciativas vertidas nestes documentos previsionais que sejam concordantes com as suas propostas eleitorais, assim como com todas as outras que possa considerar pertinentes. Não temos uma visão nihilista da acção política e admitimos que aqueles que tem posições políticas diferentes das nossas possam estar movidos pela vontade de trabalharem para o bem da comunidade em que nos inserimos. É uma postura geral de que não abdicamos, mesmo quando verificamos que nem sempre a actual maioria, designadamente nas intervenções realizadas nesta Assembleia, partilha esta forma de actuação e esta atitude na sua relação com os que, estando hoje na oposição, virão a assumir responsabilidades autárquicas no futuro, no quadro de uma inevitável e desejável alternância democrática.
3. Efectivamente, a perpetuação no poder tem riscos importantes, hoje bem estudados e genericamente reconhecidos, justificando que em muitos países se tomem medidas normativas de prevenção. Um desses perigos é precisamente a tendência para a menorização do papel da oposição, quando não mesmo para o tratamento desigual dos cidadãos em função das suas opções político-partidárias, pressionando e coagindo os adversários e protegendo os apaniguados, contribuindo para o enquistamento pernicioso de teias complexas de interesses e o desbaratamento de dinheiros públicos. Mas há também o perigo sério de se ir operando simbolicamente um afastamento da realidade, que resulta de esta ir sendo confundida com o discurso que sobre ela se vai construindo, primeiro de forma mais temperada e cuidadosa mas que, à medida que o tempo vai passando, pode ir assumindo formas de delírio, directamente proporcional ao frenesim dos discursos apologéticos que se vão produzindo. Também por isso a existência de uma oposição forte e respeitada e de uma sociedade civil pouco dependente do poder é tão importante. Com efeito, de pouco valerá o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores multiplicarem-se em contactos com as pessoas e instituições do concelho, pois será a reprodução do discurso laudatório, que a permanência longa no poder foi cristalizando, que tenderá a afastá-los da realidade, especialmente se, precisamente, não se estimulou uma iniciativa social forte, crítica e independente. Esta euforia encomiástica pode ser útil para se ir ganhando eleições, mas ela tem inevitavelmente, a prazo, consequências desastrosas sobre a vida do concelho e sobre a própria acção executiva do concelho autárquico.

4. Ora, os documentos aqui apresentados padecem precisamente desse problema: todos eles parecem ser construídos com a preocupação essencial de confirmar a visão ilusória que se construiu sobre a realidade e sobre a acção da Câmara, mesmo quando - ou sobretudo se - os constrangimentos financeiros existentes tornam essa imagem totalmente inverosímil.
5. Um olhar sobre as receitas orçamentadas para 2006 e a realidade conhecida sobre essas receitas até 2004 não deixam ilusões sobre a efabulação característica dos documentos agora apresentados. Efectivamente:
- As receitas têm sido sistematicamente inferiores às que estão orçamentadas: p.e. em 2004 tinha-se previsto uma receita de 98.999.500 € e ela foi realmente de 76.560.176 € (desvio de 23%). Que credibilidade tem então a receita prevista para 2006 de 118.744.240 € (114.484.000 € em 2005)?
 - Esta previsão é totalmente irrealista, sobretudo se considerarmos com seriedade e rigor a evolução dessas receitas nos últimos anos:
 - Receitas alheias: depois de queda bem visível até 2004 (31.842m€ em 2002 para 15.968 m€ em 2004), não é evidentemente realista prever subidas nos próximos tempos, pelo que os 17.573m€ de transferências de capital são, nas actuais circunstâncias, pouco realistas.
 - As receitas próprias não extraordinárias, apesar de não se confirmarem as previsões aqui recentemente anunciadas a propósito da aprovação das taxas para o IMI e o IMT, não justificam optimismos

Principais rubricas da receita própria	2002	2003	2004	Orçamento 2006
Contribuição autárquica (IMI)	11.289.618	15.434.457	13.728.107	8.339.400 IMI 6.021.200 CA = 14.360.600
Sisa (IMT)	14.301.285	12.531.599	6.885.345	5.462.900 IMT 3.920.900 Sisa = 9.383.800
Derramas	6.857.396	6.301.045	7.357.940	6.848.000
Loteamentos e obras	3.477.595	4.395.083	4.793.495	4.815.800
Vendas/prest serv	3.782.763	2.968.887	3.588.901	3.602.000
Venda bens de investimento	521.514	1.205.102	20.363.968	48.498.500 Outros: 34.818.500!!!

Fonte: Relatório e Contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2004

- O que temos, efectivamente, é uma inacreditável sobrestimação das receitas próprias de investimento. Lê-se uma vez os dados e pensa-se que há algum engano. É preciso realmente uma segunda leitura para se confirmar que não estamos já apenas perante algum inflacionamento orçamental, habitual mesmo que discutível, mas que se entrou num verdadeiro delírio orçamental.
6. Está então descoberto o expediente para que este ano se possa manter a ficção e dissimular a realidade, edificando uma fantasia que possa iludir os maijatos e - começo a acreditar - os próprios autores desta simulação. Os anos vão passando e vão-se apenas procurando novas soluções para esta efabulação:
- Até 2003, o esbanjamento camarário suportou-se no recurso ao crédito bancário. Este crédito é responsável por um encargo já importante que o Orçamento não pode deixar de prever;
 - Em 2004 foi o ano da titularização das rendas (20 dos 76,560mm€ de receitas)
 - Para 2006, estamos perante o **INACREDITÁVEL**: 48.498.500 € provenientes de receitas extraordinárias relativas a venda de bens de equipamento (40,84% do total de receitas), das quais 34.818.500 € na rubrica "Outros bens de investimento" (29,32% do total das receitas)!!!
7. Perante este exercício ficcionista na previsão das receitas, qual a credibilidade da antevisão de despesas? Que possibilidade de ver aqui vertidas as respostas aos problemas que a Câmara foi irresponsavelmente acumulando? Efectivamente:

- 
 Pe
 2
- Despesas com pessoal persistem muito elevadas (17.628.130 €), como consequência de um inacreditável aumento de funcionários da CMM (mais de um milhar, com uma triplicação em 20 anos)
 - Encargos financeiros não são passíveis de serem delimitados
 - Despesas de funcionamento vão persistir, não são travadas, nem se adivinham medidas que as possam limitar
 - As transferências e subsídios não são nem podem constituir solução
 - Neste quadro, bens de capital parecem ser a única solução, ou seja, a CMM castigou município à estagnação do investimento autárquico.

Principais rubricas da despesa	2002	2003	2004	Orçamento 2006
Pessoal	13.060.738	14.799.016	15.188.490	17.628.130
Aquisição de bens e serviços	15.065.026	12.746.323	14.930.624	16.892.290
Encargos financeiros	2.218.632	2.498.352	2.413.532	2.324.200
Transferências / subsídios	6.346.463	5.145.634	5.297.177	5.545.590/2.291.100 = 7.836.690
Investimento (aquisições de bens de capital)	31.058.206	34.846.102	20.759.515	61.865.600 54mm€ no Orç 2005)

Fonte: Relatório e Contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2004

- Perante este quadro de dificuldades, a actual maioria persiste contudo no devaneio de se imaginar como uma autarquia sem dificuldades. Há que apresentar obras, esquecer e fazer esquecer os constrangimentos em que o executivo se enredou ... Assim:
 - Despesa não deixa claro o peso dos encargos com obras já concluídas, mas que não estão ainda totalmente pagas, dando a impressão de capacidade empreendedora mas impedindo que se aprecie convenientemente as apostas para o ano de 2006. Impossível fazer aqui a listagem: boa parte das verbas para equipamentos desportivos, para edifícios de Juntas e para equipamentos educativos, para o Parque de Avioso, etc., dirigidas a pagar obras já concluídas e - simples coincidência - frequentemente inauguradas em ano eleitoral...
 - Temos ainda as despesas meramente simbólicas para obras, as quais também parecem estar sobretudo preocupadas em "dar a impressão" de que se está a fazer. Vale a pena percorrer a lista de obras, muitas delas de grande envorgadura, com verbas previstas para este ano de 5000 €. Parece ser o número mágico que permite dizer que se pensa fazer qualquer coisa...
- De qualquer maneira, sem rigor na previsão das receitas, tudo é possível imaginar na coluna das despesas. Este delírio ficcionista do Orçamento permite colocar 61.865.600 € como aquisição de bens de capital. Até permitiria colocar mais! Seguindo esta lógica de previsão orçamental, todas as despesas são possíveis: basta acrescentar nas receitas extraordinárias!!! Só que uma coisa é o modo fabuloso como este orçamento foi construído, outra são os constrangimentos financeiros reais do município. Há que enfrentar a realidade: 40% de todas as despesas previstas no orçamento estão cobertas por receitas extraordinárias!!! e 30% por uma venda misteriosa!!! Ou seja, só a título de exemplos:
 - Toda a despesa com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços está dependente de uma venda misteriosa!
 - Ou, então, 78,4 % dos investimentos previstos dependem de receitas extraordinárias e 56,3% dessa venda misteriosa. Ou seja, se esta não se concretizar, mais de metade do que neste Orçamento se prevê como investimento não é para levar a sério!!!
- Mas mesmo que se venha a concretizar essa "venda misteriosa", o problema não é politicamente menos grave. Com efeito:
 - Não é fundamental a apreciação política de uma parcela tão importante das receitas? Como se vão discutir opções, quando elas se suportam na venda de património municipal para já desconhecido, mas de tão elevado valor?

- 
- b. Não é preocupante que se esteja a instalar uma ficção realizadora assente na venda de património para que outro possa ser anunciado, assim se podendo ter (e dar) a ilusão que se estão a fazer coisas, ao mesmo tempo que se vão perdendo parcelas não despreciables do dinheiro assim realizado nos custos de funcionamento de uma máquina obesa e nos gastos irresponsáveis desta maioria autárquica?
11. Chega de ficções! A efabulação política tem limites... As Opções do Plano e o Orçamento são documentos fundamentais que precisam de ser encarados com seriedade e rigor. O respeito pela Assembleia Municipal passa por considerar que ela tem um papel decisivo de apreciação e decisão políticas. Não é por o executivo ser suportado politicamente por uma maioria dos seus deputados que se admite lhe sejam apresentados para discussão e aprovação documentos que assentam em opções essenciais desconhecidas e dados que, para fazerem algum sentido, recorrem a soluções de mero devaneio contabilístico!
12. A afirmação do PS como líder de uma alternativa política séria e credível no concelho da Maia passa, de modo interligado, por um esforço permanente de construção de novas soluções políticas para o futuro da Maia e pela exigência crítica e construtiva relativamente ao actual executivo PSD/PP. Queremos estar preparados para assumir responsabilidades executivas, mas pretendemos contribuir também para que, enquanto estivermos ainda na oposição, se vão atenuando os problemas e se vão estabelecendo na autarquia bons hábitos de governação!

Maia, 28 de Dezembro de 2005

Luis Areal Rothes
Deputado Municipal do Partido Socialista

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
 Ex.mos. Senhores Secretários
 Ex.mos Senhores Deputados
 Ex.mo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal
 Ex.mos Senhores Vereadores
 Ex.mos Senhores Jornalistas
 Minhas Senhoras e Meus Senhores

NOTA PRÉVIA

Antes de procedermos a uma abordagem das “Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2006” e, porque qualquer decisão política não deve ser isoladamente analisada, mas antes integrada num quadro teórico, no âmbito do qual adquire o seu pleno significado, permitam-me que teça algumas considerações, quer sobre a identidade e função do órgão autárquico onde exercemos a nossa acção política, quer sobre a forma de Estado que pretendemos ajudar a construir para ultrapassarmos o impasse em que actualmente se encontra o Estado Social de Direito, em resultado das transformações históricas, algumas delas verdadeiramente inesperadas e surpreendentes, a que o Séc. XX assistiu, deixando-nos a árdua e difícil tarefa de construirmos um outro paradigma de Estado Social. Este novo modelo de Estado, não deve, no nosso entender, ser apenas um Estado de Direito, mas um verdadeiro Estado de Justiça. Um Estado Solidário que integra não só os direitos civis e políticos e os direitos económico-sociais e culturais, mas também o direito à Paz e a um Desenvolvimento Sustentável, num mundo em que a violência, nas suas diferentes formas, ameaça não só a Democracia e a vida Humana, como as próprias condições naturais da Vida na Terra.

IDENTIDADE E FUNÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta câmara é, como já aqui foi claramente expresso, quer pela bancada do Partido Socialista, quer pela Coligação “Primeiro as Pessoas”, “O fórum de debate político por excelência”. Em nome da Coligação, espero que esta identidade não seja desvirtuada e, que todos nós, tenhamos a capacidade de controlar racionalmente os nossos impulsos mais primários e, a nossa vontade, nem sempre eticamente justos e correctos, através de um método comum, cujas regras estão objectivamente consagradas no Regimento desta Assembleia, de modo a honrarmos a função que desempenhamos. Para o efeito, devemos, quanto a nós, procurar estabelecer uma discussão racional, supra ordenada pelo Princípio da Boa-Fé, garantida a todos pelos Princípios da Universalidade e da Igualdade do direito à liberdade de expressão e discussão, enquanto critérios de uma Ética do Discurso e direitos fundamentais de qualquer cidadão, os quais, por maioria de razão, devem ser reconhecidos e livremente exercidos por todos os membros deste plenário.

Neste sentido, desenganem-se aqueles que pensam desviar a sã e inadiável discussão dos problemas do Município e dos munícipes, para querelas pessoais implementadas ao sabor das intervenções, mais ou menos casuísticas e sofisticadas, com o único objectivo de tornarem este nobre órgão autárquico, em caixa de ressonância do seu próprio Ego, ou para “queimar tempo”, de modo a não se debater coisa nenhuma.

Nós, deputados eleitos pela coligação "Primeiro as Pessoas", não estamos disponíveis para transformar o debate político em sessão de terapia psicanalítica, pois os maiatos e as maiatas deram-nos o seu voto de confiança, para resolver ou, pelo menos, minorar os seus problemas e não para brincarmos com coisas sérias. Coisas, sérias demais, para serem tratadas a brincar.

Não vivemos num "mundo de faz de conta", como o partido socialista afirmou de forma irresponsável, na última sessão desta assembleia. Vivemos num mundo muito real, até porque somos maiatos de longa data e conhecemos bem as gentes da Maia e os seus reais problemas.

O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA DE ESTADO SOCIAL PARA O SEC.XXI

Por outro lado, a análise crítica de um instrumento tão importante e decisivo para compreender a orientação da actividade do Município, a desenvolver pela Câmara Municipal no mandato em curso, como são "**As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2006**", requer, quanto a nós, que as forças políticas que integram esta assembleia, façam aquela análise, tendo sempre presente qual o papel que, no seu entender, a administração autárquica, enquanto administração territorial autónoma do Estado, deve ter na vida social e económica do município, o que pressupõe, obviamente, uma opção quanto ao papel mais ou menos interventor que o Estado deve ter na Sociedade Civil, em geral e, na Economia, em particular.

Na última sessão deste plenário, o partido socialista evidenciou de forma implícita, a sua redundante estratégia, já mais do que gasta e, por isso sem quaisquer resultados práticos nas eleições para a nossa autarquia, de se afirmar como a única força política com legitimidade para defender os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos, como se o socialismo fosse a única via para resolver a questão social em Portugal e no mundo.

Senhores deputados, em Democracia a humildade é uma exigência e uma condição absoluta do exercício da função política. O Estado Social não é propriedade de ninguém e, o seu aperfeiçoamento reclama de todos nós um esforço teórico-prático, capaz de o adaptar aos novos ventos da história. A globalização é um desafio, mas não um cataclismo planetário. É uma inevitabilidade, mas não o fim da História, nem da Democracia. Todos, sem excepção, somos chamados a defender os mais desprotegidos, os excluídos, os injustiçados, que a globalização, hoje, como o colonialismo, ontem, produziram.

É por eles que estamos na política. **A virtude e a finalidade da acção política é a justiça social** e, esta, tal como o Estado Social, não é monopólio de nenhuma força partidária, mas resulta do nosso esforço colectivo, da nossa dádiva aos outros, da nossa infinita solidariedade para com os que mais sofrem, da nossa capacidade e competência para defendermos com argumentos sólidos, os projectos, as medidas e as propostas que consideramos mais adequadas e justas nos vários domínios da nossa intervenção política.

O partido socialista tentou e, irá desesperadamente continuar a tentar, colocar a coligação, na posição da direita mais conservadora, esquecendo que uma coligação, pela



sua própria natureza, não possui uma ideologia, mas é sim, a confluência de diversas ideologias que, convergindo no essencial, se distinguem na sua identidade e autonomia, desde logo, pelas crenças em que se fundamentam.

A coligação integra pessoas com diferentes sensibilidades políticas, resultantes das diversas opções ideológicas, mas nem por isso será menos operatória e eficaz na sua acção política. Ao integrar diferentes perspectivas ideológicas, ultrapassando a multiplicidade através da unidade do essencial, a coligação é um exemplo de **consenso, partilha e solidariedade**, que são também, os valores estruturantes da própria Democracia.

Quanto à reforma do Estado Social, pergunta-se:

Como é que o partido socialista pode defender a reforma do Estado Social e simultaneamente continuar arreigado à divisão tradicional entre esquerda e direita? Como é que o partido socialista pretende adaptar o Estado Social a um novo mundo emergente, se continua refém de crenças novecentistas?

Bernstein e Kautsky compreenderam no seu tempo, que o capitalismo não estava condenado a desaparecer em consequência das suas contradições internas e, que os próprios trabalhadores beneficiavam da produção em massa que caracteriza o sistema económico em que vivemos, refutando assim as teses marxianas da inelutável autodestruição do capitalismo e da implementação do comunismo.

Como pais da **social-democracia**, o líder político alemão e o filósofo checo abandonaram a doutrina marxista, separando-se dos comunistas e, deste modo, possibilitaram uma esquerda lúcida, tolerante, capaz de dialogar com uma direita moderada e democrática.

Será que o partido socialista pretende continuar a aprofundar o socialismo democrático, ou aproximar-se, ainda que não o diga expressamente, de uma esquerda mais radical, devido à crise mundial que atravessámos!... Ou será que preferirá optar pela **"terceira via"** do professor **Giddens**, o guru de **Tony Blair**, pela qual, alguns líderes europeus e mundiais, como, **Bill Clinton, Schroeder, e Jospin** foram seduzidos e, deste modo, advogar a substituição do "Welfare State" pelo "Workfare State" ?

Era muito bom para a democracia portuguesa, que o partido socialista dissesse, de uma vez por todas, como pretende evoluir e adaptar-se às profundas transformações que irão decorrer durante o século XXI, para sabermos com que partido socialista podemos contar no futuro próximo, em vez de continuar a reclamar para si, e apenas para si, os louros da construção do Estado Social, ao mesmo tempo que procura afastar de tal tarefa quaisquer outras forças partidárias, com especial relevância para o Partido Social Democrata, o seu principal adversário, pretendendo rotulá-lo de um partido neoliberal e, portanto de uma força política que continuaria a acreditar no livre jogo do mercado, cujo equilíbrio, estaria garantido pela "mão invisível" de Adam Smith.

É claro que o partido socialista não nos deve o mesmo tipo de lealdade, que os partidos da Coligação devem exigir entre si, contudo deve lealdade à Democracia, aos portugueses e, entre nós, aos maiatos e maiatas que elegeram os seus candidatos para os representarem nos diferentes órgãos autárquicos.

Ora, como o grau e o modo de intervenção do Estado na Sociedade Civil em geral e, na Economia em particular, determina em grande medida o perfil ideológico dos partidos e movimentos políticos, seria muito positivo que o partido socialista nos dissesse qual o modelo de Estado Social que perfilha, ou que está disponível para ajudar a construir.

Quanto a nós, não temos dúvidas de que o Estado Social, no sentido de "Estado Previdência" tem os seus dias contados, pois mostrou-se um Estado incapaz de gerir racionalmente os recursos, tornando-se um **sorvedor dos dinheiros públicos, ineficiente, burocrático, centralizador, desvirtuado, cativo de interesses corporativos e individuais, que destrói a inovação e o progresso, enfraquece a consolidação de uma cultura de rigor e de exigência, perverte a sã concorrência, tornando-se deste modo, anti-social, promovendo os mais incompetentes e prejudicando os mais fracos e desfavorecidos, ou seja, um Estado Social que se transformou no seu contrário, num Estado profundamente injusto e anti-social.**

Esta forma de Estado Social tem de dar lugar, quanto a nós, a um **Estado Social Garantia**, ou seja, a um Estado capaz de garantir aos cidadãos aquele mínimo de liberdade de escolha que concretiza a dignidade humana e a igualdade de oportunidades no exercício dos direitos sociais; que assegure os serviços que satisfaçam estes direitos, independentemente de os mesmos serem prestados por instituições públicas ou privadas. Um Estado que crie os meios capazes de fomentar a auto-afirmação dos cidadãos ao mesmo tempo que os responsabiliza pelos seus actos. Um Estado que saiba encontrar o equilíbrio entre a liberdade individual e o interesse colectivo, pois só libertando o Estado de responsabilidades que não deve ter, se poderá restabelecer a sua autoridade e se garantirá a eficácia da sua acção.

A construção deste novo paradigma de **Estado Social Garantia** terá de ser levada a cabo por todos os partidos políticos e por todas as forças da sociedade civil, para quem a **liberdade de escolha é a pedra angular da dignidade humana.**

Esperamos que o partido socialista, nesta câmara, seja capaz de, através de propostas concretas, contribuir para a resolução dos problemas dos maiatos e maiatas mais desfavorecidos e, se assim entender, colaborar na construção deste novo modelo de **Estado Social Garantia**, o qual, como se pode verificar, apresenta características estruturantes muito diferentes do "Estado Árbitro" do Liberalismo e do Neoliberalismo, ao qual o partido socialista e outras forças partidárias nos pretenderam e pretenderão associar, mas sem qualquer sucesso, pois, na coligação, há homens e mulheres muito preocupados com os problemas que afectam os mais desfavorecidos e, que sentem como um dever moral, contribuir para atenuar o sofrimento daqueles que, pelo infortúnio da vida, não tiveram oportunidade de atingir um patamar onde a vida humana adquire uma dignidade mínima a que todos os seres humanos têm direito.

Para que o partido socialista consiga ajudar-nos, caso queira, a construir este novo paradigma de Estado não estatista, em que o Estado, sem perder a sua função de regulação mínima, é apenas mais um concorrente no mercado, é necessário que abandone velhos credos que não são mais do que preconceitos de classe que hoje não fazem qualquer sentido e que sempre dificultaram o entendimento entre os Povos e, em última análise, a Paz social.

7-10
R
u

O mundo actual reclama uma **ideologia da complexidade**, capaz de ultrapassar o dualismo maniqueísta entre esquerda e direita, que tanto sofrimento continua a causar. Esta ideologia da complexidade só surgirá se formos capazes de, em conjunto, como diria **Rawls**, procurar através de uma "posição original", os princípios da Justiça, colocando um "véu de ignorância" na nossa consciência, de modo a ultrapassarmos os preconceitos ideológicos que radicalizam posições e impedem os consensos, tão necessários, num mundo onde a violência está na ordem do dia, a segurança está cada vez mais ameaçada e o fosso entre pobres e ricos se acentua cada vez mais, pondo em causa a própria Democracia.

Por outro lado, como por detrás de uma ideologia política estão sempre uma filosofia e uma ciência políticas e, como estas se estribam num determinado paradigma científico, que lhes fornece um dado conceito de verdade, como critério fundamentador do mérito, da justiça, da bondade e da veracidade das suas doutrinas, aquela **ideologia da complexidade** há-de emergir de uma **epistemologia da complexidade**, já hoje em construção no domínio da ciência, que ultrapassará definitivamente o Positivismo e a ilusão tecnocrata subjacente ao industrialismo, como remédio contra a miséria e solução da questão social.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Passando agora à questão do orçamento propriamente dito, diríamos que "**é o melhor orçamento possível tendo em conta a receita disponível**".

O executivo da Câmara Municipal, teve o mérito de elaborar e apresentar para aprovação, a esta assembleia municipal, um orçamento de rigor, com uma adequada definição de prioridades do lado da **Despesa**, assim como, no que diz respeito ao **Investimento**, de modo a garantir a continuidade dos projectos em curso, a grande maioria deles iniciados em 2002, portanto, já da iniciativa e responsabilidade do executivo liderado pelo Eng.º Bragança Fernandes, a quem os maiatos concederam um voto de renovada confiança, para com a sua nova equipa concluir a obra iniciada.

Deste modo, a câmara municipal dá um exemplo claro de responsabilidade, no cumprimento dos compromissos assumidos, em domínios tão importantes para o desenvolvimento do concelho, como são as estruturas rodoviárias, a construção e a realização de obras de manutenção de edifícios escolares; a construção e manutenção de equipamentos desportivos; a construção de edifícios – sede de Juntas de Freguesia, etc....

Mas, quanto a nós, a **prioridade deste orçamento é a Educação**. Domínio onde vão ser investidos até 2009, mais 14 milhões de euros, 12 milhões e 500 mil dos quais no ensino não superior, isto é nos ensinos pré-escolar, básico e secundário.

Com uma receita geral de cerca de 118 milhões de euros, investir mais 14 milhões de euros na Educação, reflecte bem a importância que o executivo camarário dá à formação dos jovens, como primeira prioridade enquanto condição do desenvolvimento, assim como, a consciência de que, só através da Educação e da Formação das novas gerações, o país pode aspirar a sair da cauda da Europa e voltar a tornar a nossa economia competitiva no seio do mercado comum. Também neste domínio, ou melhor, sobretudo

neste domínio, a aposta do executivo é muito alta, mas estamos certos, irá vencer, porque é acertada.

A par da educação formal tradicional, o executivo prevê investir, só em 2006, 1 milhão e setecentos e quarenta e cinco mil euros no âmbito das novas tecnologias, o que reflecte de forma inequívoca, a consciência que o executivo tem quanto à importância do domínio das novas tecnologias como defesa contra o desemprego e a exclusão social.

O investimento na Educação é absolutamente imprescindível para que a Maia continue a ser um território competitivo, na vanguarda do desenvolvimento, em direcção à Sociedade do Conhecimento e da Informação; no combate ao desemprego e aos baixos salários e, esta, é **outra forma de fazer política social** que, nem sempre é reconhecida, mas que deve acentuar-se e prosseguir-se. A célebre máxima bíblica: " Não lhe dês peixe, ensina-o a pescar" ocupa, neste orçamento, um lugar cimeiro.

No âmbito da **Acção Social propriamente dita**, vão ser investidos cerca de 600 mil euros. Dir-se-á que é pouco, mas, em tempo de "vacas magras" o pouco e o muito são relativos. Se o executivo camarário pudesse afectar mais recursos para a acção social concerteza que o teria feito. São, como nós, pessoas muito sensíveis aos problemas dos mais desfavorecidos. É para eles e por causa deles que trabalham todos os dias. Não há nenhum executivo que não queira dar mais a quem tem menos, mas a economia como ciência dos bens escassos, ensina-nos que estes são finitos e que só uma gestão racional dos recursos, garante um desenvolvimento duradouro e sustentável, o que em época de crise económica é ainda mais evidente.

Por outro lado, há que ter em conta que a **acção social não esgota a política social** e, que esta integra também as chamadas funções sociais, onde se incluem a Educação e a Habitação Social. Quanto à Educação já nos referimos ao lugar de destaque que ela ocupa neste orçamento. Relativamente à Habitação Social, só em 2006, vão ser investidos cerca de 6 milhões e oitocentos mil euros. Investimento insuficiente, concerteza, mas significativo, se pensarmos no esforço que o orçamento revela para amortizar a dívida e equilibrar a receita e a despesa gerais, sem deixar de fazer os investimentos necessários ao desenvolvimento harmonioso do nosso município, de modo a continuar a melhorar e a garantir a qualidade de vida a que já nos habituamos e, que nos distingue, não só na área metropolitana, mas no próprio país, para quem a Maia é cada vez mais, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, um concelho de referência pela qualidade de vida que oferece aos seus habitantes. Só quem não conhece o país pode defender o contrário. Se assim não fosse, não se compreenderia o aumento exponencial das famílias que escolheram a nossa terra para viver nos últimos 15 anos?

Em conclusão:

O Orçamento proposto para aprovação, a esta assembleia, pelo executivo da Câmara Municipal, parece-nos um Bom Orçamento. Um Bom Orçamento por seis motivos fundamentais, a saber:

- 1- É um orçamento que foi elaborado com critérios de rigor orçamental.
- 2- É um orçamento que estabelece prioridades de investimento em função da importância dos domínios a investir. Neste âmbito, valoriza a Educação e a

Formação dos jovens, revelando uma visão de futuro quanto à importância do investimento nos recursos humanos a longo prazo, mesmo em época de crise económica.

- 3- É um orçamento que cumpre os compromissos assumidos, mantendo a execução dos projectos em curso.
- 4- É um orçamento que procura controlar a despesa e amortizar a dívida.
- 5- É um orçamento equilibrado que assegura o modelo de desenvolvimento sustentável, articulando crescimento económico, protecção do ambiente e bem-estar social.
- 6- É por isso, um orçamento que, ao nível da política autárquica, contribui, através de projectos e medidas concretas, para a construção de um novo Modelo de Estado Social, que estamos certos, será o Estado do Sec.XXI.

Expendidas algumas razões que, no nosso entendimento, justificam a bondade das "Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2006, aproveito para, na pessoa do Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, e em nome da coligação "Primeiro as Pessoas", apresentar os nossos parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, assim como aos vereadores eleitos pela coligação, pelo Orçamento que nos termos da lei fizeram baixar a esta assembleia para aprovação e, que, estou certo, merecerá o voto favorável não só da coligação, mas de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, para quem as **Pessoas estão em primeiro lugar**, porque, ao contrário do que o partido socialista pretenderá demonstrar, é um orçamento em que as Pessoas estão em primeiro lugar, porque é um orçamento elaborado a pensar nas Pessoas como fins em si mesmos, sem contudo deixar de ser realista e pragmático, quanto à escassez dos recursos financeiros disponíveis, em consequência da profunda crise que o país atravessa.

É sem dúvida um Bom orçamento, um **orçamento humanista e não economicista**, porque nele, os números e as estatísticas, são apenas meios ou instrumentos orientadores do trabalho a realizar em prol do aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos maiatos e das maiatas.

Assembleia Municipal da Maia, 28 de Dezembro de 2005

Mário Moreira Duarte

Formação dos jovens, revelando uma visão de futuro quanto à importância do investimento nos recursos humanos a longo prazo, mesmo em época de crise económica.

- 3- É um orçamento que cumpre os compromissos assumidos, mantendo a execução dos projectos em curso.
- 4- É um orçamento que procura controlar a despesa e amortizar a dívida.
- 5- É um orçamento equilibrado que assegura o modelo de desenvolvimento sustentável, articulando crescimento económico, protecção do ambiente e bem-estar social.
- 6- É por isso, um orçamento que, ao nível da política autárquica, contribui, através de projectos e medidas concretas, para a construção de um novo Modelo de Estado Social, que estamos certos, será o Estado do Sec.XXI.

Expendidas algumas razões que, no nosso entendimento, justificam a bondade das "Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2006, aproveito para, na pessoa do Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, e em nome da coligação "Primeiro as Pessoas", apresentar os nossos parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, assim como aos vereadores eleitos pela coligação, pelo Orçamento que nos termos da lei fizeram baixar a esta assembleia para aprovação e, que, estou certo, merecerá o voto favorável não só da coligação, mas de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, para quem as **Pessoas estão em primeiro lugar**, porque, ao contrário do que o partido socialista pretenderá demonstrar, é um orçamento em que as Pessoas estão em primeiro lugar, porque é um orçamento elaborado a pensar nas Pessoas como fins em si mesmos, sem contudo deixar de ser realista e pragmático, quanto à escassez dos recursos financeiros disponíveis, em consequência da profunda crise que o país atravessa.

É sem dúvida um Bom orçamento, um **orçamento humanista e não economicista**, porque nele, os números e as estatísticas, são apenas meios ou instrumentos orientadores do trabalho a realizar em prol do aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos maiatos e das maiatas.

Assembleia Municipal da Maia, 28 de Dezembro de 2005

Mário Moreira Duarte

DECLARAÇÃO DE VOTO

- Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
- Exmos Senhores membros da mesa da Assembleia Municipal
- Exmas Senhoras e Senhores deputados
- Exmo Senhor Presidente de C.M.Maia
- Exmos senhores vereadores
- Minhas Senhoras e meus Senhores
- Senhores membros da comunicação social

Em nome dos senhores deputados e presidentes das juntas de Águas Santas, Gueifães e Milheiros apresento esta declaração de voto para justificar a nossa abstenção em relação ao Plano e Orçamento apresentado pelo executivo da Câmara Municipal para o ano 2006.

Ao votarmos de maneira diferente do Partido Socialista, não significa que não estejamos de acordo com a análise e com as críticas feitas pelo PS. Partido que nós apoiamos e com qual estamos solidários.

Nos documentos apresentados por V.Ex^a, discordamos de muitas prioridades algumas das quais lema da campanha "primeiro as pessoas", discordamos no desinvestimento em áreas tão importantes como a educação e a terceira idade, e discordamos ainda no repetir de intenções de obras importantes para o desenvolvimento do Concelho e já tantas vezes orçamentadas e nunca realizadas.

Estas poderiam ser razões suficientes para votarmos contra o Plano e o Orçamento agora apresentado, mas decidimos abstermos, dando assim, um sinal claro do benefício da dúvida ao executivo, esperando que o conteúdo dos documentos sejam cumpridos e não meras previsões orçamentais.

Mas queremos declarar desde já, que estaremos atentos à execução do Plano e Orçamento e votaremos as contas de Gerência em conformidade com a realidade orçamental.